

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
MESTRADO PROFISSIONAL

**UMA ANÁLISE DA DINÂMICA DO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO, SUAS
CAPACIDADES DINÂMICAS E OS ACORDOS DE BASILEIA**

Rodrigo de Alvarenga

Orientador: Prof. Dr. José Guilherme Silva Vieira

CURITIBA
Julho de 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
MESTRADO PROFISSIONAL

**UMA ANÁLISE DA DINÂMICA DO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO, SUAS
CAPACIDADES DINÂMICAS E OS ACORDOS DE BASILEIA**

Dissertação de conclusão do Mestrado Profissional do
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento
Econômico, Setor de Ciências Sociais Aplicadas,
Universidade Federal do Paraná – PPGDE – UFPR

**Orientador: Prof. Dr. José Guilherme Silva
Vieira**

CURITIBA
Julho de 2014

**“Ele é como a árvore plantada junto a
corrente de águas, que, no devido tempo, dá
seu fruto, e cuja folhagem não murcha; e
tudo quanto ele faz será bem sucedido.”**
Bíblia Anotada – Salmos, livro 1, versículo 3

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que de forma maravilhosa me acolheu como seu filho, me guardou, me protegeu, me perdoou, me abençoou de muitas maneiras diferentes e, principalmente, por ter sacrificado seu Filho unigênito por todos nós para que tivéssemos a vida eterna.

Agradeço a Jesus por ter aceito se submeter à vontade de Deus, vontade esta que o levou a sentir dor, desespero, humilhação e a ser tentado, mas sem pecar. Por fim, se sacrificar para levar consigo todos os nossos pecados, concedendo-nos um defensor no céu, um irmão e, acima de tudo, um amigo que nos acompanha por todo o caminho.

Quero agradecer aos maiores presentes com os quais fui abençoado por Deus, minha esposa Claudia, por seu incansável amor, Fé, companheirismo, amizade, incentivo e zelo pelo meu bem-estar espiritual, mental e físico, e a meu filho Pedro, por me permitir descobrir quão maravilhosa é essa jornada de ser pai, por seu companheirismo nos “dias dos homens”, por compartilhar comigo o gosto por café e pelas longas conversas. A ambos quero agradecer por me ajudarem a compreender muito sobre minha própria vida e me fazerem querer ser um homem melhor.

Quero agradecer aos meus pais, por terem sido os melhores pais que eu poderia ter tido, por todo o sacrifício, empenho e exemplo que me passaram, mas acima de tudo, por não terem desistido de mim.

Ao irmão Robson e sua esposa Lika, agradeço pelo apoio em momentos difíceis, pelo carinho e amor com que sempre acolheram a mim e minha família e pelos sobrinhos – Guilherme e Larissa.

Ao irmão Beto, agradeço por me lembrar que o caminho de cada um de nós é diferente, contudo devemos nos esforçar para que, apesar da distância, possamos manter os laços.

RESUMO

Esse estudo se propõe a analisar a dinâmica do setor bancário brasileiro, buscando em suas origens e na forma do seu desenvolvimento os incentivos e circunstâncias que o levaram a ser o que vemos atualmente, um setor de atividade concentrado e com a maior parte de seus ativos em poder dos grandes bancos nacionais de varejo. Essa perspectiva histórica demonstra como, e em razão de que fatores, algumas instituições do sistema bancário brasileiro desenvolveram capacidades dinâmicas ao longo do tempo que as ajudaram a se tornar os principais atores do segmento no Brasil, tendo sobrepujado vários concorrentes nacionais e em alguns casos multinacionais, sobrevivendo a inúmeras dificuldades relacionadas ao desenvolvimento econômico do Brasil, suas várias moedas, seu processo inflacionário crônico e excesso de legislação. Por fim, avaliaremos as mudanças provocadas no sistema bancário nacional decorrentes da implantação do Plano Real em 1994, seguida pela implantação sequencial dos Acordos de Basileia (I, II e III), ocorrida ao longo desse período e até o presente, acordos esses que promoveram (e ainda promoverão) mudanças importantes na forma com que o sistema financeiro e seus participantes se organizam para fazer a identificação, acompanhamento e gestão dos riscos de crédito, de mercado, operacionais, sua fiscalização, alocação de capital e alavancagem. Tais mudanças exigiram uma capacidade de adaptação muito expressiva e desenvolvida dos bancos atuantes no mercado nacional, sendo que os principais bancos nacionais não só sobreviveram a esse desafio como se tornaram ainda mais robustos.

PALAVRAS-CHAVE: Setor bancário, capacidades dinâmicas, história do setor bancário, bancarização, acordos de Basileia, Basileia I, Basileia II, Basileia III, alocação de capital.

ABSTRACT

This study aims to analyse the dynamics of the Brazilian banking sector looking at its origins and form of development to identify the incentives and circumstances that led to what we see today, a sector heavily concentrated in which most of its assets are held by large national retail banks. This historical perspective shows what factors, how and why some banks in the Brazilian banking system developed dynamics capabilities over time, which helped them to become major players in the segment in Brazil, having had to overcome several national competitors and, in some cases, multinational ones, as well as survived numerous difficulties related to the economic development of Brazil, its various coins, their chronic inflationary process and excessive legislation. Finally, we evaluate the changes caused in the national banking system arising from the implementation of the Real Plan in 1994, followed by the sequential implementation of the Basel Agreements (I, II and III), which took place during this period and until the present, promoting major changes in the way the financial system and their participants are organized to make the identification, monitoring and risk management of credit, market and operational risks, their supervision, capital allocation and leverage. These changes have required from banks in the Brazilian market a huge and well developed capability to adapt themselves and as a result major national banks not only survived that challenge but have become even more robust.

KEYWORDS: Banking sector, dynamics capabilities, history of banking sector, banking, Basel agreements, Basel I, Basel II, Basel III, capital allocation.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
1.1. PROBLEMA	10
1.2. OBJETIVOS	11
1.3. JUSTIFICATIVAS	12
1.4. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	12
2. METODOLOGIA	14
3. RESULTADOS ESPERADOS	15
4. CAPACIDADES DINÂMICAS	16
4.1. CONCEITUAÇÃO	16
4.2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA VISÃO DA FIRMA PARA BANCOS	22
5. DINÂMICA DO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO	26
5.1. REVISÃO HISTÓRICA BREVE – PANO DE FUNDO	26
5.1.1. Período 1808 a 1905 – Séculos XIX e XX	26
5.1.2. Período 1906 a 1930	27
5.1.3. Período 1931 a 1944	28
5.1.4. Período 1945 a 1964	28
5.1.5. Período 1965 a 1988	30
5.2. ANÁLISE DINÂMICA DO SETOR BANCÁRIO	34
5.2.1. Período 1989 a 1994	34
5.2.2. Período 1995 a 2002	36
5.2.3. Período 2003 a 2012	39
6. ACORDOS DE BASILEIA	41
6.1. CONTEXTUALIZAÇÃO	41
6.2. BASILEIA I	42
6.3. BASILEIA II	44
6.4. BASILEIA III	48
7. CONCLUSÃO	52
REFERÊNCIAS	55
ANEXOS	63

1. INTRODUÇÃO

O setor bancário de uma economia tem uma influência muito significativa no seu desenvolvimento, efeito esse que pode ser potencializado à medida que os bancos que o compõem sejam atores protagonistas desse processo enquanto financiadores do desenvolvimento. Este trabalho não objetiva avaliar a questão do financiamento ao desenvolvimento realizada, ou não, pelos bancos brasileiros ao longo da história; na verdade, queremos observar outro fenômeno relacionado à existência de capacidades dinâmicas no setor bancário brasileiro.

O objeto de estudo desse trabalho é avaliar se a história do desenvolvimento do setor bancário no Brasil ofereceu meios para o desenvolvimento de capacidades dinâmicas quer no mercado como um todo ou em alguns de seus bancos. Para tanto, procuramos conceituar o que são capacidades dinâmicas, em que contexto elas se manifestam, a partir de que lente da teoria econômica podemos visualizar sua importância e quais são os indícios que podem indicar sua existência. Para criar uma ponte entre o conceito de capacidades dinâmicas e a história do setor bancário nacional, procuramos também construir uma relação entre diferentes percepções da Teoria da Firma e as características dos bancos, procurando validar tanto o entendimento da instituição bancária como uma firma como o fato de que trata-se de um ator que precisa atuar de forma dinâmica e proativa para obter sucesso na maximização dos lucros, dessa forma criando uma lente apropriada para a revisão histórica do setor bancário brasileiro.

A partir daí, realizamos uma análise da dinâmica histórica do desenvolvimento do setor bancário brasileiro, demonstrando em que condições e circunstâncias ocorreu seu desenvolvimento, buscando compreender se, como e em razão de que fatores, ao longo desse processo, o setor bancário e/ou alguns bancos desenvolveram capacidades dinâmicas para lidar com o ambiente econômico brasileiro em constante mudança e que, em seu período mais recente, impingia um cenário profundamente desafiador aos seus participantes, como consequência da implantação do Plano Real (1994), das crises dos mercados financeiros em 1997, 1999, 2002 e 2008, e a concomitante implantação dos Acordos de Basileia (I, II e III) que se seguiram.

Diante das novas pressões de mercado e dos escândalos financeiros ocorridos nos últimos anos, tornou-se eminente a necessidade de induzir todos os bancos em nível global a possuírem um sistema de informação que lhes permitisse gerir o risco eficazmente. (GALLO e NICOLINI, 2002)

Somando-se os pontos destacados acima ao contexto histórico do desenvolvimento do mercado financeiro nacional, em particular o longo período de elevadas taxas de inflação, de juros e o desequilíbrio do balanço de pagamentos, podemos visualizar com mais clareza como esses fatores cooperaram para a criação de um pano de fundo singular, levando alguns bancos brasileiros ao desenvolvimento de capacidades dinâmicas como forma de sobrevivência e obtenção de resultados, consequentemente conduzindo-os a posições de liderança como principais bancos do mercado brasileiro atual (ver Anexo 1).

Para abordar e demonstrar o tema apresentaremos uma análise dinâmica evolutiva do cenário bancário nacional, desde meados dos anos 1808 até os dias atuais, através da qual podemos observar o processo de concentração bancária ocorrido no Brasil e, mais detalhadamente, os momentos e aspectos mais importantes que contribuíram para essas mudanças. Dentre eles, notadamente e mais recentemente, podemos destacar: i) o aumento significativo da regulação bancária e a implantação dos acordos de Basileia I, II e III; ii) o fim do processo inflacionário no Brasil, ocorrido a partir de 1994, com a implantação da URV/Real; iii) a chegada dos concorrentes estrangeiros; e iv) o aumento expressivo da bancarização.

Neste sentido, precisaremos considerar também as características de suas atividades, seja em relação ao tipo e/ou ao papel socioeconômico que exercem, seja em relação às diversas demandas às quais são submetidos no que se refere aos serviços esperados pelos clientes, ao nível e intensidade do constante aumento de fiscalização e ao controle de suas atividades. Fatores estes que demonstram, cada vez mais claramente, como os serviços bancários se tornaram altamente especializados e fortemente envolvidos e influenciados por inovações tecnológicas para promoção da automação bancária do atendimento e da diversidade de sua carteira de produtos e serviços oferecidos aos clientes. Exemplos disso são o Sistema Brasileiro de Pagamentos (SPB), do qual derivou a Transferência Eletrônica Disponível (TED), uma modalidade de transferência de recursos entre contas de bancos diferentes cuja reserva bancária e crédito a favor do beneficiário ocorrem em

até 15 minutos de sua efetivação, entre outras características que diferenciam o mercado bancário brasileiro.

Por fim, depurando todos esses dados, procuramos obter evidências suficientes que nos permitam concluir se de fato os bancos brasileiros desenvolveram capacidades dinâmicas a partir do contexto apresentado e como tais capacidades contribuíram para inserção dos mesmos no que tange à concorrência local e global à qual estão expostos atualmente.

1.1 PROBLEMA

Avaliando a história mais recente do desenvolvimento dos bancos brasileiros e do mercado financeiro nacional, notadamente a partir de 1988 com o surgimento do Acordo de Basileia I e seguido, em 1994, pela implantação do Plano Real, pretende-se compreender e encontrar evidências que demonstrem quais foram os incentivos e as circunstâncias que forjaram a evolução e amadurecimento dessas instituições, bem como comprovar se os bancos remanescentes desenvolveram capacidades dinâmicas que lhes tenham conferido vantagens competitivas ao longo desse processo.

Isto posto, a problemática que se apresenta está relacionada com a identificação de dados e informações que evidenciem os fatos e fatores aos quais as instituições operantes no sistema bancário brasileiro foram expostas, e se essas condições contribuíram para que algumas instituições nacionais se tornassem protagonistas desse setor.

Em última análise, buscar evidências claras, ao longo do processo de desenvolvimento dos bancos no Brasil, que demonstrem a existência dos elementos considerados necessários para explicar a origem das vantagens das firmas, nesse caso dos bancos, e como tais elementos contribuíram, provocaram ou resultaram do desenvolvimento de capacidades dinâmicas de adaptação e criação de vantagens competitivas.

1.2 OBJETIVOS

Face ao anteriormente exposto, o objetivo geral deste trabalho consiste em conceituar o que são capacidades dinâmicas, como e em razão de que tipo de fatores elas se desenvolvem, demonstrar que o conceito pode ser aplicado aos bancos em razão de suas características como firma e, a partir desse ponto, identificar os principais fatos ocorridos ao longo da história do desenvolvimento do setor bancário brasileiro, dando maior ênfase ao período mais recente entre 1988-2012, que contribuiu mais diretamente para as transformações do sistema bancário brasileiro.

Para tanto, constituem-se objetivos específicos do estudo:

- a) Conceituação de capacidades dinâmicas e o embasamento teórico que dá suporte à mesma, demonstrando a forma de utilização para efeito do trabalho em questão;
- b) Contextualização da Teoria da Firma em relação aos bancos, demonstrando quais as características que suportam o uso do conceito e o alinhamento teórico utilizado;
- c) Breve revisão histórica da criação e desenvolvimento do sistema financeiro nacional (1808 – 1988), para servir como pano de fundo;
- d) Identificação e apresentação dos principais fatos/fatores que promoveram alterações significativas no mercado bancário nacional ocorridos no período mais recente de sua história (1988 – 2012), período no qual focamos nossa análise;
- e) Apresentar o contexto da criação e implementação dos Acordos da Basileia (I, II e III) no Brasil, desafio mais abrangente e recente de adaptação imposto aos bancos brasileiros;
- f) Demonstrar na conclusão se e como o cenário histórico teria gerado a necessidade dos bancos brasileiros se tornarem flexíveis e adaptáveis a um ambiente em constante mudança, contribuindo com sua sobrevivência.

1.3 JUSTIFICATIVAS

A pesquisa justifica-se pela importância do setor bancário na vida nacional, como comentam Cecchetti (2008) e BCBS (1997), quando relacionam de forma direta a estabilidade econômica de um país à solidez de seu sistema financeiro. Essa relação direta existente entre o nível de seu desenvolvimento e sua capacidade de gerenciar seus riscos e exposições vincula sobremaneira o setor bancário ao crescimento econômico de um país. A título de exemplo, pode-se citar que o nível de bancarização de um mercado e de sua população tem relação direta com a facilidade de se estimular o comércio e a indústria através da expansão do consumo. Ou seja, um país com alto nível de bancarização tem maior sensibilidade aos efeitos de políticas econômicas, tanto de expansão como de contração da economia, em razão de seu efeito multiplicador.

Isso nos leva a querer compreender melhor a abrangência e correlação existente entre o desenvolvimento de capacidades dinâmicas como forma de sobrevivência e de sucesso no setor bancário, intimamente ligado à capacidade de gerar maiores retornos com riscos administrados (relação de custo de oportunidade), aos processos de regulação e gestão de riscos promovidos pelos legisladores e supervisores do sistema.

1.4 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Este trabalho está organizado em capítulos, sendo que:

- 1º. Capítulo: Apresenta a introdução ao tema, o problema, os objetivos, a justificativa para o mesmo e a forma como foi organizado;
- 2º. Capítulo: Contém a metodologia utilizada;
- 3º. Capítulo: Discorre sobre os resultados esperados;
- 4º. Capítulo: Introduz o tema de fundo do trabalho, incluindo a conceituação do que são capacidades dinâmicas, a relação entre a Teoria da Firma e os bancos e um quadro (ver Anexo 2) contendo uma revisão bibliográfica da contribuição dos autores mais relevantes para o tema;

- 5º. Capítulo: Apresentamos uma revisão histórica resumida do desenvolvimento do mercado bancário brasileiro, subdividida por períodos e dando maior ênfase aos mais recentes (1988-2012), notadamente após a implantação do Acordo de Basileia I;
- 6º. Capítulo: Contextualização sobre o que levou ao surgimento dos acordos de Basileia, passando de forma breve por cada um deles e seus principais pontos;
- 7º. Capítulo: Procuramos identificar de forma direta os resultados obtidos, traçando nossa conclusão a respeito do tema, procurando responder à pergunta inicial;
- Referências utilizadas;
- Anexos – Material de apoio para demonstração dos temas e pontos abordados.

2. METODOLOGIA

Uma pesquisa científica pode ser classificada pela sua natureza, pela forma de abordagem, pela característica dos objetivos e pelos procedimentos técnicos adotados. Para o desenvolvimento desse estudo utilizamos a metodologia qualitativa, através de uma abordagem interpretativa e análise indutiva, as quais se fundamentam em análises que não utilizam instrumentos estatísticos na interpretação dos dados. Como comenta Freitas (2006), a abordagem interpretativista possui a finalidade da investigação, a compreensão e a interpretação, dando-nos a convicção de que o real não é apreensível diretamente, mas uma construção dos sujeitos que entram em relação com este, tornando o pesquisador um construtor da realidade pesquisada, com base na sua capacidade de interpretação da relação subjetiva entre os temas participantes do objeto estudado.

Nesse sentido, realizamos um estudo exploratório através do qual buscamos obter percepções e ideias a respeito do fenômeno estudado (CERVO & BERVIAN, 2002), sendo que o produto final do estudo é uma interpretação teórica do material, reduzindo seu conteúdo até o ponto em que possamos observar o fenômeno procurado (APPOLINARIO, 2006). Procuramos reduzir tanto o volume como a complexidade das informações relacionadas aos assuntos abordados, oferecendo de forma sucinta material que nos permita tecer conclusões a respeito do objeto estudado.

3. RESULTADOS ESPERADOS

O acesso a maior variedade de fontes de financiamento decorrentes de um sistema financeiro maduro e desenvolvido, associado ao equilíbrio das relações de risco X retorno, fonte primária de resultado dos bancos (acionistas e executivos), que somente pode ser obtido através da identificação, monitoramento e controle dos riscos de crédito, de mercado e operacionais, são fatores de fundamental importância para o desenvolvimento de um país, à medida que ampliam o leque de alternativas para o melhor planejamento das famílias, do comércio e das indústrias.

O efeito multiplicador do capital bancário, obtido através da alavancagem dos bancos, num cenário de mercados globalmente conectados e portanto passíveis de contágio, denota um contexto de significativo aumento do risco sistêmico na eventualidade de que os bancos sejam pouco ou mal gerenciados no que tange a suas exposições.

Portanto, busca-se demonstrar, através do processo histórico de desenvolvimento do sistema bancário brasileiro e seu constante estado de transformação, como essa evolução promoveu o desenvolvimento e aprimoramento de capacidades dinâmicas nos bancos brasileiros e de que forma elas contribuíram para que alguns bancos brasileiros se tornassem referência, assumindo um papel de liderança no mercado local.

Não temos intenção, nem condições, de esgotar o assunto, dada a extensão e complexidade dos fatos e fatores que o compõem. Contudo, pretendemos oferecer evidências suficientes para relacionar o desenvolvimento de capacidades dinâmicas como um dos fatores determinantes para a sobrevivência e robustez dos bancos nacionais, tornando alguns deles bancos importantes e com expressão tanto no mercado local como no global.

4. CAPACIDADES DINÂMICAS

Para amparar a visualização se as condições do meio ambiente ao qual o setor bancário brasileiro esteve exposto ao longo da história de seu desenvolvimento, bem como para possibilitar uma rápida associação se o contexto em questão, repassado através da análise histórica da dinâmica do setor bancário nacional, realizada a seguir, efetivamente contribuíram para o desenvolvimento de capacidades dinâmicas no setor e/ou em alguns de seus participantes, conceituamos a seguir o que são capacidades dinâmicas e quais são suas características principais. Esperamos que a partir dessa conceituação seja possível visualizar a existência de indícios do desenvolvimento dessas capacidades dinâmicas ou, ainda, a confirmação de sua existência.

Não tivemos a intenção de cobrir todo o assunto relacionado a Capacidades Dinâmicas, visto que o mesmo vem se constituindo como um campo amplo e em franco desenvolvimento no que tange ao seu estudo. Contudo, apenas com intuito de facilitar uma visão sobre o estágio atual de desenvolvimento do tema Capacidades Dinâmicas, sua conceituação e os trabalhos e adições mais importantes dos principais autores que têm escrito sobre o assunto, incluímos nos anexos um quadro contendo as principais contribuições e definições de cada um deles, quadro este que foi extraído do artigo *Capacidades Dinâmicas: capacidade da empresa de se reconfigurar para atender às demandas de mercado*, apresentado em Madri, Espanha, no II Congresso Internacional do Conhecimento e Inovação – CIKI, em outubro de 2012, pelos autores ROSSATO, J., SOUZA, L.L.C. de e VARVAKIS, G. (ver Anexo 2).

4.1 CONCEITUAÇÃO

Um dos principais trabalhos a respeito de capacidades dinâmicas, reconhecido e citado devido a seu pioneirismo, é o estudo de Teece, Pisano e Shuen (1997), a partir do qual embasaremos nossa construção conceitual para uso nesta dissertação. Nesse sentido e para nos fornecer uma visualização das

correntes de influência em relação aos 4 paradigmas abordados por Teece, Pisano e Shuen (1997), reproduzimos abaixo, na íntegra, quadro comparativo extraído desse mesmo trabalho para nos servir como pano de fundo.

Paradigm	Intellectual roots	Representative authors addressing strategic management questions	Nature of rents	Rationality assumptions of managers	Fundamental units of analysis	Short-run capacity for strategic reorientation	Role of industrial structure	Focal concern
(1) Attenuating competitive forces	Mason Bain	Porter (1980)	Chamberlinean	Rational	Industries, firms, products	High	Exogenous	Structural conditions and competitor positioning
(2) Strategic conflict	Machiavelli Schelling Cournot Nash Harsanyi Shapiro	Ghemawat (1986) Shapiro (1989) Brandenburger and Nalebuff (1995)	Chamberlinean	Hyper-rational	Firms, products	Often infinite	Endogenous	Strategic interactions
(3) Resource-based perspectives	Penrose Selznick Christensen Andrews	Rumelt (1984) Chandler (1966) Wernerfelt (1984) Teece (1980, 1982)	Ricardian	Rational	Resources	Low	Endogenous	Asset fungibility
(4) Dynamic capabilities perspective	Schumpeter Nelson Winter Teece	Dosi, Teece, and Winter (1989) Prahalad and Hamel (1990) Hayes and Wheelwright (1984) Dierickx and Cool (1989) Porter (1990)	Schumpeterian	Rational	Processes, positions, paths	Low	Endogenous	Asset accumulation, replicability and inimitability

QUADRO 1 – PARADIGMAS DA ESTRATÉGIA: CARACTERÍSTICAS PREDOMINANTES.
FONTE: TEECE, PISANO & SHUEN (1997).

A competição empresarial e a criação de vantagens competitivas vêm sendo estudadas há muito tempo por diferentes correntes de pensamento. Gigantes empresariais que no passado dominaram vários mercados, tais como Xerox, IBM, Kodak, entre outras, construíram sua vantagem competitiva via acumulação de ativos industriais e intelectuais cuja longevidade e a dificuldade de cópia contribuíam para o domínio de mercado. À medida que a globalização se intensificou, a concorrência empresarial ganhou novos contornos que, em razão da aceleração das taxas de inovação e desenvolvimento tecnológico, mudaram o cenário da concorrência empresarial, levando as firmas a buscarem novas formas de construir vantagens competitivas. Nesse contexto, conforme observam Teece, Pisano e Shuen (1997), cuja base intelectual possui raízes nas teorias de Schumpeter, as

empresas vencedoras no mercado globalizado são aquelas que demonstram capacidade de resposta oportuna e inovação rápida e flexível, conjugadas com a capacidade de gestão, coordenação e implementação de novas competências internas e externas de forma eficaz.

Nessa direção, os autores chamaram a capacidade de alcançar novas formas de vantagem competitiva como "capacidades dinâmicas", passando a enfatizar dois aspectos fundamentais e intrínsecos que não eram o principal foco de atenção nas abordagens anteriores quanto à estratégia:

O termo "dinâmico" refere-se à capacidade de renovar competências de modo a alcançar a congruência com o ambiente de negócios; certas respostas inovadoras são necessárias quando o tempo de desenvolvimento de novos produtos/serviços e o tempo de colocação desses produtos/serviços no mercado são críticos, a taxa de mudança tecnológica é rápida e a natureza da concorrência futura e da demanda futura de mercado, difícil de determinar. O termo "capacidades" enfatiza o papel-chave da gestão estratégica em adaptar, integrar e reconfigurar as competências internas e externas da organização, recursos e competências funcionais para corresponder às exigências de um ambiente em mudança. (TEECE, PISANO, SHUEN, 1997, p. 515.). Grifo meu.

Ainda conforme os autores, em um mundo de concorrência Schumpeteriana, torna-se fundamental que as empresas se tornem inovadoras, e isso está intimamente ligado ao aspecto estratégico de como e se uma firma identifica suas competências internas e externas de difícil imitação, que possam sustentar a adição de valor a seus produtos e serviços. Amparados nos argumentos de Dierickx e Cool (1989), quanto ao aspecto central para a estratégia da firma referente ao quanto investir e em que aspectos ou áreas, determinando assim os domínios de competência que serão utilizados para construção de vantagens competitivas. Por outro lado, tais domínios de competência são influenciados por escolhas anteriores e afetarão escolhas posteriores, gerando um conceito de trilha ou trajetória de desenvolvimento de competências.

Ao introduzir esse conceito que embute uma leitura da relação de causalidade entre o efeito do ambiente e suas transformações, derivadas de aspectos concorrenciais, mercadológicos ou regulatórios, combinados com as escolhas internas da firma quanto ao uso e combinação de seus fatores de produção, de suas competências e diferenciais, avaliados ao longo do tempo e com base nos resultados dessas escolhas, fica claro que existe um efeito direto e

estratégico derivado das competências escolhidas como vencedoras ao longo da trajetória de desenvolvimento da firma, o que em última análise reforça o conceito apresentado. Portanto, conforme comentam Teece, Pisano e Shuen (1997), a abordagem das capacidades dinâmicas procura fornecer um quadro coerente que pode integrar o conhecimento conceitual e empírico, fazendo isso através da construção com base em alicerces teóricos fornecidos por Schumpeter (1934), Penrose (1959), Williamson (1975, 1985), Barney (1986), Nelson e Winter (1982), Teece (1988) e Teece *et al.* (1994).

A capacidade dinâmica da firma deriva da busca de vantagens competitivas em ambientes de forte concorrência (TEECE; PISANO, 1994, p. 538); desse contexto, podemos extrair o que postulam Teece, Pisano e Shuen (1997, p. 509), quanto à firma dever possuir a habilidade de recombinao o conjunto de recursos produtivos de modo a atender às novas necessidades do ambiente interno e externo, o que, em uma perspectiva evolucionária, aumenta a competitividade da firma na medida de sua capacidade de se adaptar a um ambiente incerto, volátil e cambiante.

Ainda de acordo com Teece, Pisano e Shuen (1997, p. 514), a vantagem competitiva da firma será determinada pela presença e desenvolvimento de um conhecimento coletivo que será formado pelo somatório dos conhecimentos individuais, associado ao modo como a empresa faz uso de tal conhecimento, que, por fim, formarão e fortalecerão as competências exclusivas da firma. Ativo este que é intangível, não se deteriora no tempo, sendo aprimorado à medida que seu uso ocorre e potencializado na medida da intensidade desse uso. Dessa forma, tanto o conhecimento individual como o coletivo, e a vantagem competitiva da firma, são tácitos e com elevado grau de complexidade, e servem como base e anteparo da empresa para solução de problemas, adaptação às condições de mercado, uso ou desenvolvimento de tecnologias e no entendimento e atendimento das demandas.

Nessa direção, os autores identificaram algumas classes de fatores que nos ajudam a determinar as competências distintivas e as capacidades dinâmicas de uma firma, os quais estão organizados em três categorias: processos, posição e trajetória.

Processos: por processos gerenciais e organizacionais, entende-se que se referem ao modo como as coisas são feitas na empresa, ou o que poderia ser referido como suas rotinas, ou padrões de prática corrente e de aprendizado;

Posição: por posição nos referimos a suas atuais dotações específicas de tecnologia, propriedade intelectual, ativos complementares, base de clientes, e suas relações externas com fornecedores e complementadores;

Trajatória: por trajetória nos referimos às alternativas estratégicas disponíveis para a empresa, bem como a presença ou ausência de retornos crescentes e as opções de caminhos alternativos dependentes.

(TEECE, PISANO, SHUEN, 1997, p. 518)

Para corroborar os conceitos e definições extraídos do trabalho dos autores mencionados acima, tomamos emprestado a conceituação estabelecida por Pelaez, Melo, Hofmann e Aquino (2008, p. 106-108), na qual destacam os elementos que explicam as vantagens da firma sob a ótica das capacidades dinâmicas e conceituam posição, trajetória e processos organizacionais da seguinte forma:

- a) Posição: deve-se considerar a participação da firma tanto no mercado como no segmento de mercado de atuação, estabelecendo assim seu posicionamento quanto a seus concorrentes:

[...] em determinado período de sua história, seria definida por seus ativos tecnológicos, ou seja, pelo seu *know-how* de produção; seus ativos complementares em atividades como a compra, a distribuição, a comercialização e os serviços de assistência técnica de seus produtos; seus ativos financeiros; e seus ativos locacionais. A posição define o núcleo de competências ou o eixo de negócios no qual a firma atua, caracterizado por meio de seus produtos e serviços, definindo ao mesmo tempo as suas relações externas com os clientes e os fornecedores (PELAEZ, MELO, HOFMANN e AQUINO, 2008, p. 106).

- b) Trajetória: os mecanismos de busca e tratamento de informações obtidas, bem como a avaliação das oportunidades produtivas viáveis para a empresa explorar, serão os meios que propiciarão os processos de aprendizagem e de acúmulo de conhecimento da firma:

[...] é uma função das decisões tomadas no passado a partir das oportunidades produtivas identificadas. Existe aqui um duplo sentido, pois as oportunidades vislumbradas sugerem, por um lado, uma liberdade de escolha entre diferentes opções possíveis. Por outro, uma determinada escolha implica seguir determinada trajetória de investimento cujos custos tendem a ser irrecuperáveis, gerando uma condição de irreversibilidade (*path-dependence*) – (PELAEZ, MELO, HOFMANN e AQUINO, 2008, p.107).

c) Processos organizacionais: em razão da necessidade de reconfiguração das estruturas organizacionais como função das alterações no ambiente no qual a firma está inserida, os processos organizacionais irão permitir a reavaliação das decisões adotadas na alocação de recursos, respondendo ao quesitos: onde, quando, como e quanto investir. Podem e devem ser reavaliados a partir do resultado das decisões tomadas, permitindo a reconfiguração dos processos gerenciais, à luz dos objetivos da firma:

[...] a identificação e a solução dos problemas de coordenação das diferentes atividades realizadas pela firma. Trata-se de definir o ambiente interno da firma – por meio da divisão de trabalho – de coordenar a comunicação dessa especialização de tarefas e de definir a atribuição dos níveis de decisão (hierarquia) adotados na estrutura organizacional (PELAEZ, MELO, HOFMANN e AQUINO, 2008, p. 107).

Capacidades dinâmicas aborda o tema das vantagens competitivas de forma mais abrangente, entendendo que essas vantagens decorrem de rotinas de alto desempenho que operam internamente na firma, moldadas pelos seus processos e posições. Já a trajetória, que abriga os retornos crescentes, bem como as oportunidades tecnológicas, marca o caminho à frente. Em razão de fatores imperfeitos de mercado, ou ainda pela não negociabilidade de ativos intrínsecos (“soft assets”) como valores, cultura, experiência organizacional, competências distintivas e capacidades em geral, que devem ser construídas e não podem ser adquiridas, aprendizado que pode levar muito tempo. Em casos em que parte dessas competências são protegidas por patentes, a replicação pela concorrência é ineficaz como meio de acesso à tecnologia. Razão pela qual o sucesso competitivo da firma, principalmente no cenário globalizado, decorre de forma importante das capacidades dinâmicas da mesma em lidar com os componentes do tripé processos, posição e trajetória, que serão afetados pelas experiências, políticas internas e eficiência desenvolvidas e obtidas em períodos anteriores.

4.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA VISÃO DA FIRMA PARA BANCOS

Conforme Schumpeter, a inovação funciona como um aspecto endógeno do desenvolvimento capitalista, ocasionando:

um processo de mutação industrial (...) que incessantemente revoluciona a estrutura econômica desde o seu interior, destruindo incessantemente a antiga, criando incessantemente uma nova. Esse processo de **destruição criadora** é o fato essencial a respeito do capitalismo (SCHUMPETER, 1934, p. 112). Grifo meu.

No contexto do processo de “**Destruição Criadora**”, Schumpeter considera a concorrência empresarial não perfeita, baseada na introdução de inovações produtivas, organizacionais e na assimetria de informações entre os agentes, gerando vantagens distintivas de custos e qualidade, proporcionando a expansão da produção e a redução dos preços no longo prazo, tornando o empresário protagonista do processo de concorrência empresarial. O autor deixa claro que a “**Destruição Criadora**” não pode existir sem o empresário inovador, definido como o indivíduo capaz de gerar e implementar inovações, independentemente de possuir os meios necessários para investir, dado que este poderia se utilizar do crédito bancário para adquirir os ativos e recursos requeridos para produzir e gerenciar a inserção de novos produtos e serviços inovadores no mercado. Portanto, conforme Schumpeter, o desenvolvimento depende da existência do empresário e do acesso ao crédito, o que, por sua vez, pressupõe taxa de juros ou remuneração do capital de terceiros, dado que os bancos visam o lucro através dos empréstimos, fato que os leva a interferir no desenvolvimento empresarial em razão do custo de oportunidade, função da relação risco X retorno dos tomadores de recursos.

Conforme Tobin (1987), a firma bancária pode ser entendida a partir de uma abordagem neoclássica convencional em dois momentos:

- “Visão velha”: os bancos são vistos como entidades monopolistas criadoras de moeda, conforme expresso na análise de multiplicador bancário;
- “Visão nova”: os bancos atuam como gerenciadores de portfólios neutros a risco, cujo comportamento manifestado é tipicamente otimizador.

Nessa “visão velha”, as firmas bancárias comerciais são entendidas como uma entidade única monopolista, com a premissa de que a criação de moeda via

crédito retorna via depósitos, o que na prática lhes concederia capacidade de emissão de moeda ilimitada, tendo como único fator limitante as restrições impostas pelas instituições reguladoras do sistema, entendimento esse criticado por Tobin (1987, p. 272). Segundo Tobin, esse racional somente se aplicaria para uma economia que de fato tivesse uma única firma bancária monopolista, fato que não se verifica na prática, uma vez que as economias possuem sistemas financeiros compostos por vários agentes e intermediários que concorrem no mercado pelos empréstimos e depósitos, bem como deve-se levar em conta o fato de que os recursos emprestados no conjunto do sistema não voltam necessariamente para a instituição de origem e, quando de sua volta ao sistema, os mesmos serão distribuídos em várias opções distintas de alocação, incluindo as reservas bancárias que têm o papel de manter a liquidez dos bancos. Dessa forma, o equilíbrio competitivo entre os bancos ocorreria no ponto em que o tamanho de seu ativo esteja de acordo com a maximização dos recursos existentes para financiá-lo:

a escala dos depósitos bancários e dos ativos é afetada pelas preferências dos depositantes e pelas oportunidades de empréstimos e investimentos disponíveis para os bancos (TOBIN, 1987, p. 281).

Tomando por base a teoria de seleção de portfólio de Tobin (1982), o comportamento dos bancos seria o mesmo de uma firma gerenciadora de portfólio, que deve reter liquidez (moeda) em seu caixa enquanto o custo marginal de oportunidade for menor do que o de restaurar a liquidez ao sistema, ou seja, enquanto a relação de risco X retorno de emprestar os recursos não oferecer retorno superior ao custo de se recompor a liquidez no caixa; em caso de stress de mercado, os recursos permanecerão como reservas líquidas, reduzindo, portanto, a criação de moeda. Assim, na “visão nova” proposta por Tobin, os bancos passam a se preocupar com a qualidade da composição de seus portfólios, objetivando simultaneamente a maximização da rentabilidade e a minimização dos custos associados aos riscos de liquidez, tornando-se a base dos modelos neoclássicos relacionados à escolha entre ativo ou passivo bancário, modelos estes que analisam os bancos comerciais como firmas que visam a otimização de seus balanços.

Assim sendo, ficaria claro a partir da visão de Tobin que os bancos deveriam ser entendidos como agentes econômicos que tomam decisões maximizadoras de lucro considerando diversas variáveis como custos de captação, custos

operacionais, retornos sobre ativos, custo da liquidez, riscos de crises, usando fatores exógenos à firma para compor a melhor alocação de portfólio, não devendo ser vistos mais de forma simplista como “máquinas de fazer dinheiro”.

Sob a ótica pós-keynesiana, o comportamento dos bancos deve ser o de uma firma que possui motivações e expectativas próprias, tendo papel determinante no estabelecimento das condições e volumes de financiamento e crédito que serão ofertados em uma economia capitalista. Considerando que a forma de obtenção de lucros de um banco é monetária, os bancos levam em conta as condições de incerteza e tomam suas decisões de portfólio com base nas preferências por liquidez e maximização de lucro, o que caracteriza uma economia monetária da produção.

Isso implica que os bancos ativamente consideram os riscos envolvidos nas operações de crédito que realizam de forma a avaliar a perspectiva de repagamento baseada na geração futura de receitas dos clientes. Devido a sua preferência por liquidez e considerando a volatilidade dessas avaliações de risco, tem-se na economia oscilações na oferta de crédito e portanto no nível de investimento, produto e emprego, conforme afirma Minsky (1986):

este ativismo do banqueiro afeta não apenas o volume e distribuição do financiamento, mas também o comportamento cíclico dos preços, da renda e do emprego. (MINSKY, 1986, p. 226).

“a atividade bancária é um negócio dinâmico e inovativo de fazer lucros. Banqueiros procuram ativamente construir fortunas ajustando seus ativos e obrigações, que significa, em suas linhas de negócios, tirar vantagem das oportunidades de lucro que lhes são oferecidas”. (MINSKY, 1986, p. 225-6).

Bancos, assim como qualquer outra firma cuja atividade tenha resultados incertos, têm preferência pela liquidez, ajustando seu portfólio de acordo com seus níveis de risco, vis-à-vis a rentabilidade almejada, fazendo com que a composição de seus ativos reflita seu interesse de correr riscos associados à ocorrência de eventos futuros incertos. Essas decisões referem-se à administração ativa das oportunidades ofertadas por seu balanço, tanto do lado dos ativos como dos passivos. O ativismo da administração da firma bancária implica que de forma proativa os bancos definem estratégias de maximização de lucros através da atração de clientes, ou seja, das oportunidades de negócios que eles representam, criando estímulos na forma de novos produtos ou serviços, preços ou condições diferenciadas, vantagens comerciais, entre outros, para atrair a preferência dos

mesmos. Dessa forma fica clara a capacidade da firma bancária de influenciar os clientes de forma a buscar a maximização de lucros desejada e o atingimento de seus objetivos de crescimento no mercado de forma dinâmica.

5. DINÂMICA DO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO

Optamos por manter nesse trabalho um período longo de revisão histórica para construir uma visão ampla quanto à intensidade, abrangência, incidência e relevância dos processos de mudança aos quais o setor bancário brasileiro foi submetido ao longo de sua história. Não temos nem a pretensão nem o desejo de cobrir todo o período de forma integral; apenas apontamos momentos e fatos relevantes aos quais as firmas foram expostas ao longo de todo o período e, dessa forma, buscamos subsídios para avaliar e amparar nossa pesquisa sobre capacidades dinâmicas e a existência de circunstâncias que demonstram seu desenvolvimento. Cabe esclarecer que, de forma geral, o conteúdo desse capítulo foi principalmente baseado na extensa obra de Fernando Nogueira da Costa sobre a história dos bancos e do setor bancário no Brasil, mencionadas nas Referências e complementadas por algumas outras obras por ele citadas em seus trabalhos.

5.1 REVISÃO HISTÓRICA BREVE – PANO DE FUNDO

5.1.1 Período 1808 a 1905 – Séculos XIX E XX

Esse período foi marcado pelas fundações do Banco do Brasil, em 1808, e da Caixa Econômica Federal, em 1861. Nesse período a economia brasileira oscilou entre o padrão monetário metalista (ouro) e o de papel-moeda conversível, com estritas regras de reserva de ouro como lastro, havendo também muitas tentativas estatais de emissão de moeda fiduciária para cobertura dos déficits. Além disso, não se pode dizer que havia um sistema bancário estabelecido, dado que o número de casas bancárias era muito pequeno, em geral com atuação local, e cujos recursos próprios para lastro das operações de crédito eram escassos. Por fim, em 1905 o Banco do Brasil é refundado e transformado efetivamente em semi-autoridade monetária, tornando-se agente oficial e assumindo um papel semelhante ao do Banco Central.

Pode-se perceber quão inexpressiva era a atividade bancária da época com base na sua baixa penetração geográfica e bancarização dos habitantes, dado que em 1888 o país possuía apenas 68 agências bancárias, 80% dos depósitos concentrados no Rio de Janeiro, e neste uma agência para cada 22.573 habitantes, enquanto que no resto do país havia uma agência para cada 232.558 (FRANCO, 1989, p. 17). Corrobora essa percepção quanto a nosso costume e tradição bancária da época o texto publicado no *The Economist* em 1890 (esse registro encontra-se em FRANCO, 1989, p. 17):

Era raro o uso de cheques, com hábito comum ali de reterem os indivíduos em seu poder largas quantias em vez de depositá-las em bancos. Os pequenos negociantes, os taverneiros, por exemplo, no Rio de Janeiro, apenas excepcionalmente depositam nos estabelecimentos. Ordinário preferem ter consigo seu dinheiro até a época de pagamentos..., satisfazendo então os seus débitos com somas acumuladas em casa no decurso de seis a nove meses. O mesmo sucede com as classes que vivem de salário ... os agricultores e outros habitantes do interior amam grandes somas, para satisfazer as suas necessidades; e esse dinheiro leva meses, ou anos, para ir ter aos bancos. A receita das alfândegas, em vez de se depositar em bancos, e por eles transmitir-se ao Rio de Janeiro, acumula-se em somas importantes, expedidas periodicamente pelos paquetes para a capital.

5.1.2 Período 1906 a 1930

Nesse período tivemos alguns acontecimentos importantes: i) a abertura financeira ao exterior, permitindo o ingresso de capitais externos e o predomínio de bancos estrangeiros; ii) a reforma bancária de 1921, que resultou na criação da moeda bancária (cheque), da câmara de compensação de cheques e na abertura da carteira de redescontos junto ao Banco do Brasil (BB); e iii) o fim das duas experiências com padrão-ouro no Brasil, a Caixa de Conversão (1906-1914), em reação à fuga de capitais ocorrida no pré-guerra, e a Caixa de Estabilização (1926-1930), em razão da crise de 1929.

5.1.3 Período 1931 a 1944

Embora tenha havido um intenso debate sobre a criação do Banco Central do Brasil, contando inclusive com uma missão de apoio inglesa realizada em 1931, não se obteve êxito nessa tentativa no período em questão. Por outro lado, houveram alguns outros fatos relevantes que podemos destacar nessa fase do setor bancário nacional: i) a socialização das perdas bancárias decorrentes da crise de 1929; ii) uma legislação mais liberal propiciando a fundação de bancos de capital nacional; iii) o início do uso de bancos públicos (federais e estaduais) numa atuação desenvolvimentista; e iv) a imposição de reserva de mercado no varejo bancário em favor de bancos brasileiros.

Ainda nesse período e em decorrência dos fatores acima enumerados, tivemos uma intensa proliferação de bancos no mercado nacional, alcançando a marca de 663 instituições em 1944, sendo que em 1940 haviam apenas 354. Essa expansão de instituições deveu-se também à existência de barreiras de entrada mínimas nesse mercado, já que exigia-se pouco capital e baixa tecnologia para início das atividades.

5.1.4 Período 1945 a 1964

Esse período marca o fim da fase expansionista no que se refere ao número de instituições no mercado, dando então início ao processo de evolução e consolidação do sistema bancário nacional através da concentração bancária e da expansão da rede de agências dos bancos de varejo, principalmente nacionais, chegando em 1964 a apenas 328 bancos no mercado, processo esse que foi intensificado posteriormente. São criadas novas e importantes instituições no setor bancário, as quais assumiriam papel determinante em sua evolução; são elas: SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito (dividia o papel de autoridade monetária com o BB e foi precursora da criação do Banco Central do Brasil) e BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (posteriormente convertido em BNDES), bem como cria-se a figura das financeiras. Esse período culmina com a

reforma financeira de 1964 e a criação do Banco Central do Brasil – BACEN, cujo foco repousava na viabilização do financiamento do surto de desenvolvimento da época.

O Banco do Brasil (BB) dominava o cenário nesse período, possuindo aproximadamente 60% dos depósitos à vista do mercado, que caracterizava-se por ser um mercado eminentemente de curto prazo, onde os bancos tinham uma postura de intermediários passivos, apenas atendendo à demanda que lhes era apresentada e emprestando até o volume do limite de seus depósitos, eminentemente para operações de banco comercial, envolvendo desconto de duplicatas e capital de giro. Já no caso de bens duráveis produzidos pela indústria, os financiamentos eram realizados pelas financeiras, tendo como alternativa a essa opção apenas o autofinanciamento (recursos próprios das empresas), o financiamento externo via recursos estrangeiros (programa de substituição de importações) ou recursos públicos via IFPF/BCE.

Vale dizer também que nessa época ocorreu a disseminação do uso dos cheques como meio mais comum de troca, o que se reforçava pela expansão da rede bancária nacional, reduzindo o vazamento de recursos do sistema e aumentando a possibilidade de alavancagem. Também foi introduzida a exigência de reservas bancárias para limitar o multiplicador monetário, de forma a tornar o sistema um pouco mais seguro e menos suscetível a riscos de liquidez. Destacamos ainda que nesse período, anteriormente à reforma de 1964, era muito comum que conglomerados e grupos empresariais se beneficiassem de condições diferenciadas e privilegiadas de crédito devido a possuírem bancos em seus grupos econômicos, o que foi alterado com a reforma.

Podemos verificar através das evidências que o primeiro grande momento, no que tange ao desenvolvimento de capacidades dinâmicas, se deu nessa fase, através dos vetores da concentração bancária e expansão da rede de agências, o que em última análise foi uma necessidade de sobrevivência, dado que se fazia necessário ampliar a base de captação de clientes e recursos para que se pudesse ampliar o volume de operações de crédito e, portanto, aumentar os resultados, uma vez que a diferença entre as taxas de captação e empréstimo era definida pelo governo (6% na captação e 12% nas operações de crédito).

Aqui começamos a ver o efeito do desenvolvimento das capacidades dinâmicas, dado o significativo encolhimento do número total de bancos, reduzido de

663 para 328, sendo que os vitoriosos claramente foram aqueles que se adaptaram melhor às mudanças ocorridas no meio ambiente em que atuavam, as quais exigiram rápida reação para ampliação da base de clientes e consequente aumento dos resultados, para fazer frente às condições de mercado, custos de expansão, necessidade de capital e mudanças tecnológicas decorrentes da expansão no uso dos cheques. Esse movimento só não foi mais intenso devido à característica, vigente à época, de ser um setor ainda muito reativo às demandas e condições de mercado verificadas na época, e ao excesso de conservadorismo das instituições participantes do mercado e condições socioeconômicas.

5.1.5 Período 1965 a 1988

Destaca-se como um dos períodos mais importantes da história do setor bancário nacional, marcado no seu início pela criação do Banco Central do Brasil (1964) que, além de assumir o papel de autoridade monetária, impôs regulação aos empréstimos bancários e exigência de reservas bancárias com o objetivo de recuperar o controle sobre os saldos monetários. Tendo, através de seu quadro técnico, passado a modelar formalmente o sistema monetário através de modelos de base monetária (multiplicador monetário), buscando o controle sobre as reservas bancárias (RB/MP) e rígidas relações papel-moeda x depósitos (PMPP/DV), além de criar, em meados de 1970, o *open market*, de forma a poder injetar liquidez no sistema, ajustando as reservas bancárias e acentuando seu poder e controle sobre a oferta de moeda.

Ao longo do período em questão, vindo a terminar apenas em 1994 com a chegada da URV/Real, tivemos três décadas onde perduraram o regime de alta inflação e inércia inflacionária, no qual foram criados mecanismos de correção monetária que visavam proteger tanto as aplicações como os empréstimos dos efeitos da alta inflação. A correção monetária teve início primeiramente por prazos mais longos (anualmente ou periodicamente) e, à medida que o processo inflacionário se intensificava, teve seus prazos de correção encurtados para melhor se ajustar à realidade, criando a moeda indexada. Vale destacar que foi uma fase muito lucrativa para os bancos que possuíam, nas modalidades de captação de

recursos a custo zero (depósito à vista e floating), lastro para aplicar recursos em empréstimos remunerados a taxas de juros e correção monetária, ou seja, aumentando substancialmente a lucratividade à medida que cada banco conseguisse ampliar suas bases de clientes e captações nessas modalidades. Esses tipos de mudança no ambiente, alta inflação, surgimento da correção monetária que demandou um grande investimento em capacidade tecnológica para calcular e proceder aos ajustes diários de posições, saldos e, portanto, da remuneração aos clientes e principalmente ao próprio negócio, são exemplos dos fatores que contribuíram e estimularam o desenvolvimento de capacidades dinâmicas voltadas à adaptação dos bancos às constantes mudanças de mercado e às oportunidades e/ou riscos que surgiam com elas.

Todos esses acontecimentos tiveram como catalisador, no início do período, o fato de que após alguns anos de recessão no início dos anos 60, o governo se viu forçado a procurar um modo de aumentar a poupança interna bruta advinda da captação dos bancos que, em 1964, representava apenas 2,9% do PIB, enquanto que a média na América Latina estava entre 10 e 15%. Para tanto, era necessário um novo sistema financeiro, o que nos levou à reestruturação do sistema financeiro nacional através da Lei da Reforma Bancária de 31 de dezembro de 1964 (Lei 4595), que estabeleceu, entre suas principais mudanças:

- Fim do limite máximo de 12% para as taxas de juros;
- Criação do SFH (Sistema Financeiro de Habitação);
- Incentivos para a fusão entre bancos (os bancos só podiam aumentar sua rede fundindo-se ou adquirindo outro banco, não sendo permitida a abertura de agências novas);
- Criação de novos tipos de instituições financeiras (bancos comerciais, bancos de investimento, corretoras, etc.);
- Criação do CMN (Conselho Monetário Nacional) e do Banco Central.

Temos aqui que separar essa época em duas etapas:

a) 1964 a 1974: Na tentativa do Banco Central do Brasil de implantar aqui o modelo de mercado financeiro adotado nos Estados Unidos da América, seus técnicos fizeram um grande esforço para gerar uma segmentação de

atuação das instituições financeiras no Brasil, onde os velhos banqueiros foram isolados para o surgimento de novos banqueiros, suportados principalmente pelo bom momento do mercado de capitais (bolsa de valores) e contínua expansão da liquidez através do *open market*;

b) 1974 a 1988: Mercado pela reaproximação do Banco Central do Brasil com os velhos banqueiros e o processo que se seguiu de absorção, pelos mesmos, dos novos banqueiros descritos acima, que vinham falindo em decorrência da inabilidade de operar e obter resultados num cenário tão adverso como o da inflação. Esse movimento deu início a um forte processo de concentração, conglomeração e internacionalização dos bancos nacionais que saíram vencedores.

Como resultado da reforma financeira e conforme descrito no item b) acima, pudemos medir o aumento da concentração bancária e do volume de ativos que em 10 anos (entre 1964 e 1974) passaram de US\$ 22 bilhões para US\$ 173 bilhões, e o número de instituições passou de 328 para 106. Foi nessa época que pela primeira vez os bancos brasileiros cumpriram seu papel original como emprestadores de recursos, o que fica demonstrado pela proporção das operações de crédito em relação ao total de ativos, que passou de 49% em 1964 para 69% em 1974. O maior incentivo para isso foi a instituição da correção monetária, que fez com que as operações mais longas também se tornassem lucrativas, independentemente da taxa de inflação.

A crescente necessidade de financiamento do setor público fez com que o governo tivesse uma grande participação nesse crescimento. Como a inflação tinha que ser controlada, as despesas do governo não podiam ser financiadas pela emissão de moeda. O déficit público passou de 4% do PIB em 1970 para 7% em 1975 e 35% em 1988. Para colocar no mercado esse número crescente de papéis, o governo foi obrigado a aumentar as taxas de juros para que seus títulos fossem atrativos. A participação desses títulos nos ativos dos bancos passou de 5% em 1975 para 49% em 1988 (CASA, C. A. L., 2008).

Além desses fatores, durante os anos 70 os bancos passaram a ter a receita de *floating*, ou seja, a receita obtida através de empréstimos, financiamentos e operações de crédito com juros e correção monetária, cuja origem dos recursos era a captação sem correção monetária dos depósitos à vista e/ou recursos em

trânsito/compensação (recebidos como por exemplo: i) dos clientes a título de pagamento de serviços públicos como luz, água, etc.; ii) cheques em compensação; e iii) pagamentos de impostos, todos os quais possuíam um prazo entre o recebimento pelo banco e o efetivo pagamento/entrega na conta do beneficiário), com os quais os bancos ganhavam na arbitragem e cujos maiores beneficiados eram os que atuavam no segmento de varejo bancário, ou seja, os que tinham maior rede de agências e base de clientes. Assim, era lucrativo aumentar os passivos (captação), e para tanto os bancos usaram estratégias baseadas na isenção da cobrança de taxas/tarifas e aumento do número de agências. Como essa receita era muito significativa, os bancos não se importavam muito com seus custos operacionais nem com a concessão de crédito, reduzindo a importância dessas carteiras, que diminuíram de forma relevante, bem como seus departamentos de crédito, substituindo tais ativos pela aplicação de recursos em operações de tesouraria via títulos públicos, que eram muito mais rentáveis. O importante era ter agilidade para poder aplicar rapidamente e da maneira mais rentável possível os recursos captados e, dessa necessidade de velocidade juntamente com a necessidade de processamento de dados e cálculos matemáticos para correção monetária dos valores, vimos o surgimento e intensificação do desenvolvimento da tecnologia bancária.

Nota-se que os novos banqueiros não demonstraram capacidade de se adaptar ao meio ambiente de alta inflação, tampouco às necessidades que surgiram com ele, como a capilaridade para captação de recursos, notadamente aqueles que possuíam custo zero de captação (depósito à vista), a agilidade para ampliação de sua base de clientes, fortalecendo a captação de recursos, para que assim pudessem se apropriar dos altos retornos via juros de empréstimos e principalmente das aplicações em títulos públicos. Essa inabilidade claramente os levou a serem absorvidos por aqueles que tiveram capacidade dinâmica de se adaptar ao novo ambiente, mais regulado e competitivo do que antes, e que conseguiram aproveitar as oportunidades que surgiram de potencializar seus retornos e fortalecer sua base de capital.

Além disso, através desse novo cenário e do fortalecimento de seus resultados, puderam direcionar recursos para o desenvolvimento tecnológico de sistemas de tesouraria e análise de riscos, capazes de lidar com as características do mercado local que envolviam alta inflação, correção monetária de ativos e gestão

de recursos num horizonte de extremo curto prazo e alta volatilidade. Adicionalmente, puderam financiar sua internacionalização, o que, em última análise, também contribuiu para a obtenção de novos recursos tecnológicos, acesso a capitais externos para financiamento local das empresas e da expansão do comércio internacional envolvendo empresas brasileiras, criando assim condições para o aumento de sua competitividade no mercado local.

Sob uma ótica evolucionária, este foi o segundo período onde as condições de mercado e meio ambiente favoreceram sobremaneira o desenvolvimento das capacidades dinâmicas. Contudo, em termos de importância, devemos ressaltar que até aqui este foi o momento mais determinante nesse processo, o que é corroborado pelo intenso processo de redução no número de bancos no mercado, os quais aumentaram sua participação de mercado, seus resultados e a sua própria capacidade de inovar e competir; começa-se a ser proativo em relação à percepção de atuação de mercado.

5.2 ANÁLISE DINÂMICA DO SETOR BANCÁRIO

5.2.1 Período 1989 a 1994

Iniciado sob o efeito da Constituinte de 1988, é nesse período que ocorrem: i) o fim da reserva de mercado, com a abertura à entrada de capital externo no mercado financeiro; ii) a legalização dos bancos múltiplos, regularizando uma situação já encontrada no mercado; e iii) o fim da exigência de carta-patente para expansão da rede, ampliando a concorrência entre os *players*.

Através da Resolução no. 1524, publicada em 1989, o Banco Central criou os bancos múltiplos, regularizando uma situação de mercado já existente, mas, ao mesmo tempo, permitindo que instituições financeiras menores, como corretoras, tornassem-se bancos, estimulando a abertura de novos bancos, já que a única exigência era ter patrimônio líquido de US\$ 7 milhões. Como consequência, o número de bancos passou de 106 em 1988 para 218 em 1990.

Ao mesmo tempo, prevendo o fim da inflação e consequentemente da receita de *floating*, os bancos iniciaram nessa época sua luta pelo aumento de eficiência, reduzindo significativamente o número de funcionários, que passou de 824.316 em 1989 para 664.562 em 1994 e aproximadamente 450 mil em 1997, o que também foi possível devido aos investimentos em tecnologia que os bancos foram obrigados a fazer. Com todas essas mudanças, percebemos claramente mais um momento importante sob a ótica do desenvolvimento das capacidades dinâmicas do setor, uma vez que não só começam a surgir bancos especializados em nichos de mercado, como a gestão de grandes fortunas, a atuação nos mercados de capitais (ao invés do mercado de crédito), a aplicação do próprio patrimônio, entre outros, como também ocorre um processo maciço de investimento em tecnologia para redução de custos (funcionários) e preparação para um mercado sem a figura da alta inflação. Estes ajustes e adaptações ao novo ambiente iriam requerer uma capacidade de adaptação enorme dos bancos em controlar e reduzir custos, desenvolver produtos e serviços pelos quais pudessem cobrar tarifas/taxas e, em última análise, abraçar definitivamente a pró-atividade no que se referia à eficiência da gestão de receitas x custos, riscos de crédito/mercado e escala de atuação (tamanho da carteira de clientes).

Certamente podemos destacar esse momento como um ponto de inflexão para os bancos que iriam conseguir sobreviver após 1994, visto que os principais *players* que atravessaram esse ponto tiveram em comum o início, nessa fase, do processo de incorporação, em sua estratégia macro, tanto da necessidade de se investir no aprimoramento tecnológico voltado à redução no custo do atendimento, redução de filas, aumento de eficiência na gestão de receitas x custos com importante redução de funcionários, como do desenvolvimento de produtos e serviços que pudessem incorporar margens e, por fim, o desenvolvimento de novas rotinas que permitissem uma maior adaptabilidade e flexibilidade na gestão e condução dos negócios. Mais uma vez, verificamos que a volatilidade do meio ambiente bancário nacional, reforçada pelo perfil dos competidores que atuavam no mercado e o processo de desenvolvimento das capacidades dinâmicas daqueles bancos que se destacavam nesse momento, iriam ser testadas frente à necessidade de se adaptar ao novo cenário que despontava no horizonte e as novas demandas que viriam com ele e que foram mencionadas no parágrafo anterior.

5.2.2 Período 1995 a 2002

Esse período marcou intensamente o segmento bancário nacional com a mais importante mudança da história econômica recente no país: o controle e a queda da inflação para patamares civilizados, acabando com a receita inflacionária auferida pelo mercado financeiro ao longo de algumas décadas, obrigando os bancos a buscarem, com muito mais intensidade, a eficiência de gestão de custos e receitas para poderem sobreviver e prosperar no novo cenário. É nessa fase, após a implantação do Plano Real em 1994, que os bancos são obrigados a redirecionar seu foco de atuação, abandonando as receitas de *floating* para buscarem resultado através das receitas de intermediação financeira, dando início a uma nova expansão da participação do crédito privado no PIB nacional, bem como uma mudança conceitual no que se referia à cobrança de tarifas pela prestação de serviços bancários, o que até então não ocorria. Por si sós essas duas mudanças já seriam suficientes, como de fato foram, para provocar alterações consideráveis tanto no ambiente de competição bancária nacional, como também por se constituir em pontos chaves na determinação daqueles bancos que sobreviveriam e viriam a conduzir uma nova fase de concentração bancária no país.

Os bancos, portanto, são obrigados a se adaptar à nova realidade e a desenvolver novas estratégias de atuação no mercado, dada a necessidade de fontes alternativas de receita. Apesar das duas principais novas fontes de receita terem sido o início da cobrança de tarifas pela prestação de serviços bancários e o aumento das receitas oriundas da intermediação financeira (*spread* bancário). A expansão das carteiras de crédito dos bancos explica o aumento das receitas de intermediação financeira, contudo, isso só foi possível devido ao aumento significativo do consumo da população, tanto de bens duráveis como semiduráveis, decorrente do processo de controle e queda da inflação e estabilização monetária resultantes do Plano Real. Todavia, a falta de tecnologia para esse tipo de transação e a expansão pouco cautelosa das carteiras de crédito trouxeram para os bancos um novo problema: a alta da inadimplência, que inclusive levou em 1995 alguns bancos a quebrarem por não suportarem as perdas oriundas dessa inadimplência, ou ainda, em outros casos, viram seus resultados diminuídos por causa das perdas e da necessidade da criação de novas provisões para absorver as perdas futuras.

Outro fato que muitos bancos não anteciparam foi o aumento dos depósitos compulsórios para as captações e a criação de um depósito compulsório para as operações de crédito que, apesar de não existir mais atualmente, ajudou a vitimar alguns bancos que não foram capazes de expandir sua base de captação e melhorar sua gestão de riscos, fluxo de caixa e eficiência de custos para se adaptar à nova realidade de mercado. Cenário este que foi agravado pela falta de liquidez ocorrida no início de 1995, que resultou de um movimento muito acentuado de consumo e consequente redução das reservas disponíveis das famílias, provocando um aumento das taxas de juros dos empréstimos a clientes e contribuindo ainda mais para aumentar o nível de inadimplência, que já se encontrava em patamares elevados. Destacamos que exatamente em 1995 dois importantes bancos de varejo no mercado – Banco Nacional e Banco Econômico - foram incorporados por concorrentes como resultado de intervenções do Banco Central devido a problemas de liquidez e gestão, reduzindo assim o risco sistêmico, mas ao mesmo tempo dando indícios de que os competidores que não tiveram sucesso em se adaptar às constantes mudanças ocorridas em seu meio ambiente, ou seja, não desenvolveram capacidades dinâmicas suficientes para se manterem competitivos e à frente dos processos de evolução e mudança conjuntural no setor, ficariam pelo caminho.

Em 1996 houve uma melhora no cenário, decorrente da queda nas taxas de inadimplência e redução dos depósitos compulsórios, tanto como resultado do arrefecimento do ímpeto de consumo inicial decorrente do Plano Real, como de um alívio promovido pelo Banco Central para injetar liquidez no sistema, reduzindo os problemas de caixa de alguns bancos. Assim, foi possível retomar o crescimento das operações de crédito, principalmente na segunda metade do ano, recuperando o crescimento das receitas dos bancos e ajudando na recapitalização daqueles que haviam sido enfraquecidos. É precisamente nesse momento que os bancos de varejo fortalecem e incrementam significativamente seus investimentos em tecnologia bancária e de concessão de crédito, sendo que em muitos casos só a partir desse ponto passaram a utilizar técnicas como *credit-scoring*. Além disso, intensificam seus esforços na cobrança de tarifas por seus serviços e criam suas áreas de administração de fundos, *underwriting* e outros negócios relacionados à atividade bancária que pudessem gerar receitas adicionais que substituíssem as receitas de *floating*.

Também como resultado do processo de estabilização advindo do Plano Real, que levou a economia brasileira a apresentar estabilidade de preços e com isso padrões mais semelhantes aos encontrados em outros países, é que muitos bancos estrangeiros começaram a se interessar pelo mercado brasileiro, o qual, além de oferecer um grande potencial de crescimento, proporcionava taxas de lucratividade maiores do que as encontradas em países desenvolvidos. Essas vantagens se tornavam ainda maiores quando se levava em conta o fato de que os bancos originários de países desenvolvidos tinham acesso a recursos em maior abundância e com custos muito mais baixos no mercado internacional do que os bancos brasileiros; com isso, o número de fusões e aquisições com capital estrangeiro cresceu, aumentando a concorrência no mercado local e tornando-o ainda mais competitivo.

Esse período também foi marcado por crises externas e internas, que promoveram mudanças e aumentaram o grau de complexidade e risco de se operar nesse segmento. Exemplos disso foram as crises da Ásia em 1997 e da Rússia em 1998, que culminaram com a edição da Resolução 2.493 do CMN, autorizando os bancos a venderem suas carteiras de crédito inadimplentes (podres) para empresas não financeiras, de forma a limparem seus balanços, bem como a criação da Central de Risco do BACEN, que consolidava e apresentava a todos os *players* do mercado acesso às informações do total de endividamento contratado pelos clientes junto ao sistema bancário nacional, reduzindo o risco sistêmico e de crédito, uma vez que casos de atraso/inadimplência se tornam visíveis e exigem níveis maiores de provisão de todos os bancos, contribuindo sobremaneira para a segurança bancária. Também nesse momento, vemos alguns bancos sendo incorporados pela concorrência em razão de sua inabilidade de lidar com as mudanças de cenário e ambiente; o caso mais marcante nesse momento e que cabe destacar foi o Banco Bamerindus, adquirido pelo Grupo HSBC em 1997, depois de um processo de intervenção do Banco Central.

Já no front interno, em janeiro de 1999 ocorreu o abandono da política de câmbio controlado para adoção do câmbio flutuante, acabando com a âncora cambial utilizada até então pelo governo. Essa mudança afetou o mercado de forma diferente dependendo das posições em moeda estrangeira de cada banco, levando alguns bancos à falência (Marka) e outros a resultados expressivos (Pactual).

Após a mudança do câmbio e ao longo do restante do período, o BACEN (Banco Central do Brasil), como forma de estimular o crescimento e o consumo, iniciou um processo de queda de taxas de juros e de redução nos depósitos compulsórios, medidas que pretendiam direcionar os bancos a aumentarem suas carteiras de crédito e a diminuírem as taxas cobradas pelas mesmas, influenciando assim, positivamente, os índices de inadimplência e contribuindo para o crescimento mais acelerado do PIB.

5.2.3 Período 2003 a 2012

Basicamente este período pode ser descrito por três pontos marcantes vividos no setor bancário nacional: i) aumento exponencial da bancarização, devido à criação de contas salário, correspondentes bancários e desenvolvimento de produtos para atendimento da baixa renda, como cartões salário e cartões pré-pagos; ii) expansão significativa, nunca antes vista com tanta intensidade, do acesso ao crédito via produtos massificados, cartões de crédito, crédito consignado, financiamento do consumo e microcrédito; e iii) aceleração dos processos de fusões e aquisições para gerar ganhos de economia de escala, elevando a competitividade dos bancos brasileiros.

Não podemos deixar de mencionar a ocorrência em 2008 da mais grave crise do mercado financeiro mundial ocorrida nos últimos quase 100 anos, rivalizando apenas com a crise de 1929 (na opinião do autor), e que levou à falência ou à absorção vários ícones do mercado financeiro mundial, provocando uma crise de confiança sem precedentes nos USA e EU, que não só reduziu sobremaneira o *valuation* (avaliação do valor de mercado de uma empresa) dos bancos estrangeiros que sobreviveram, como também catapultou o Brasil e seu forte mercado financeiro para a condição de um dos maiores, mais seguros e eficientes do planeta, fazendo inclusive com que alguns bancos nacionais viessem a figurar no ranking dos maiores bancos do mundo.

Pode-se ver na prática que, desde a implantação do Plano Real e apesar das crises e eventos importantes ocorridos no período entre 1995 e 2012, incluindo a eleição em 2002 de um governo de oposição, houve continuidade e uma condução

muito firme e direcionada para o aumento do emprego e melhora na distribuição de renda. Isso por si só explica tanto o aumento do consumo, amparado pela expansão das carteiras de crédito, como a bancarização de milhões de clientes novos, o que somente foi possível devido ao nível de tecnologia disponível no mercado bancário nacional, possibilitando assim um rápido aproveitamento dessas oportunidades, as quais vêm sendo exploradas através de inúmeros produtos e serviços criados nos anos mais recentes e que têm como foco essa nova classe de clientes. Exemplos disso são os seguros massificados, cartões pré-pagos, cartões salário, contas-salário, etc.

Fica assim mais uma vez fortemente evidenciada a capacidade dinâmica dos bancos no Brasil, notadamente os principais bancos de varejo nacionais, de não só se adaptar às mudanças de meio ambiente como também de favorecer a ocorrência das mesmas, como consequência de suas habilidades de criarem produtos e serviços que possam levar ao incremento de receitas e redução de custos operacionais e, portanto, ao aumento de eficiência. Podemos confirmar essas evidências através da análise dos quadros que encontram-se nos Anexos e demonstram a concentração bancária em poder desses *players* atualmente.

6. ACORDOS DE BASILEIA

6.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A partir da década de 70, com o colapso de Bretton Woods, ocorre uma mudança no cenário internacional, passando a existir um ambiente caracterizado por taxas de juros e de câmbio mais voláteis (McCONNELL, 1981). Ao longo do tempo, percebeu-se que a estabilidade econômica de um país está diretamente relacionada com a solidez de seu sistema financeiro (CECCHETTI, 2008; BCBS, 1997), dado que os bancos se constituem no agente de maior importância do sistema financeiro, seja pela sua contribuição histórica quanto pelo volume de intermediação de recursos (GRIFFITH-JONES; PERSAUD, 2006). Muito embora funcionem como qualquer outro tipo de empresa que se utiliza de recursos para transformação em produtos ou serviços, os bancos diferenciam-se pelo fato de que usufruem de recursos de terceiros para executar suas funções básicas (SILVA, 1997). Dessa forma, a solidez mencionada advém do fato de que suas funções tradicionais de intermediação financeira sejam realizadas, pelos bancos e agentes, com suficiente confiança por parte do mercado, ou seja, a figura da fidúcia se constitui numa premissa relevante para que o sistema cumpra sua função tradicional, tornando-se indispensável a existência de um controle rígido sobre sua atuação, a fim de evitar riscos aos depositantes e, em última análise, ao sistema como um todo.

Dada a natureza das atividades bancárias e os diferentes níveis de incerteza inerentes a elas, o conceito de risco pode e deve ser aplicado seja ao sistema como um todo, seja a cada instituição participante, ou ainda em relação a aspectos específicos da atividade, como os riscos de crédito, de mercado e operacionais. Em qualquer dos casos, risco refere-se à probabilidade de ocorrência de eventos desfavoráveis ou de insucesso no recebimento de eventuais retornos esperados (SECURATO, 1996; GITMAN, 1997; ROSS *et al.*, 2002; FORTUNA, 2005). Isso coloca a gestão de riscos como um dos pontos centrais da atividade bancária, fato que vem sendo estudado de forma cada vez mais aprofundada, principalmente pelo fato de que as crises dos anos 1980, 1997, 1998, 1999, 2002 e 2008 causaram

significativos prejuízos à sociedade, forçando os órgãos responsáveis pela supervisão bancária a implementar medidas para assegurar maior gerenciamento e controle de riscos para garantir a solidez, segurança e competitividade do sistema.

Com o intuito de minimizar a possibilidade de ocorrer uma crise oriunda de um risco sistêmico, os órgãos e agentes responsáveis pela regulação e supervisão bancária possuem diferentes formas de buscarem a mitigação desses riscos e, com isso, proteger os depositantes e tomadores de empréstimos, sendo as principais: (i) exigência de diversificação dos ativos; (ii) estabelecimento de fundos de garantia; (iii) limites operacionais; (iv) monitoramento; e (v) capital mínimo ou recursos próprios para cobrir os riscos e alocações de capital. Dentre os quais, o mais utilizado instrumento de proteção contra riscos de falência de uma instituição financeira é o capital elegível para suportar perdas inerentes às atividades bancárias ou operacionais (SAUNDERS, 2000).

6.2 BASILEIA I

A aplicação da exigência mínima de capital como padrão no mercado bancário foi introduzida, internacionalmente, a partir de 1988 com o Acordo de Basileia, também conhecido como Basileia I. O termo Basileia é amplamente conhecido pela comunidade financeira, sendo que o nome faz referência à cidade suíça de Basileia, onde se reúne o Comitê de Supervisão Bancária do *Bank of International Settlements* (BIS), organização que controla os Bancos Centrais. Naquele momento, o Comitê era formado por integrantes dos Bancos Centrais dos países do G-10 (Bélgica, Estados Unidos, França, Alemanha, Itália, Japão, Luxemburgo, Suécia, Suíça, Reino Unido e Canadá), porém hoje já conta com representantes e autoridades de Bancos Centrais de inúmeros países.

O Acordo de Basileia I visava fortalecer a solidez e dar maior estabilidade ao sistema bancário, reduzindo assim o risco sistêmico do chamado “efeito dominó”. O ponto nevrálgico desse acordo foi a introdução de níveis mínimos de capital, com o que se pretendia mitigar os riscos de insolvência das instituições bancárias, garantindo que as mesmas tivessem condições de fazer frente às situações onde

houvesse materialização de perdas. Dessa forma, o Comitê de Supervisão Bancária definiu uma medida comum de solvência que obrigou os bancos a promover uma adequação do capital para pelo menos 8% de seus ativos ponderados pelo risco, ou seja, guardava uma medida de alocação do capital da instituição, entre 0 e 300%, para cada ativo contabilizado em seu balanço, com base no tipo de risco oferecido pela contraparte (ver Tabela 1 abaixo).

TABELA 1 - BASILEIA I – FATORES APLICADOS PARA CÁLCULO DO ATIVO PONDERADO PELO RISCO (APR)

FATOR (Em %)	ATIVO
0	Caixa, títulos públicos e operações com garantia do Tesouro
20	Depósitos bancários e disponibilidade em moeda estrangeira
50	Repasses interfinanceiros
100	Operações de crédito em geral e outros créditos
300	Créditos tributários

FONTE: Banco Central

As recomendações e medidas propostas no Acordo de Basileia I foram adotadas pelos países membros em 1992, sendo que no Brasil esse reflexo se fez sentir quando da publicação, em agosto de 1994, da Resolução 2.099 pelo Banco Central do Brasil, obrigando todas as instituições autorizadas a operar no país a constituir o Patrimônio Líquido Exigido (PLE) por um valor igual ou superior ao capital de 8% sobre seus ativos totais, ponderados pelo risco conforme a tabela acima.

As regras em questão foram posteriormente complementadas por outras Resoluções e Cartas Circulares, cabendo destaque para as Resoluções de número 2.606/99, que introduziu o requerimento de capital mínimo para riscos de câmbio/ouro, e 2.692/00, que definiu as relações para capital mínimo para riscos de taxa de juros pré-fixadas, além da Carta Circular 2.784/97, que alterou o índice de capital mínimo de 8% para 11%, em novembro de 1997.

Em que pese possamos identificar pontos para aprimoramentos no chamado Acordo de Basileia I, sua implantação trouxe mudanças importantes para o cenário do sistema bancário como um todo, à medida que criou limitações de alavancagem e, portanto, de exposição a riscos. Um desses efeitos decorre da questão de que elevados índices de capital contribuem para a concentração bancária, embora seja

difícil de medir o quanto, devido à maior necessidade de acesso a capital. Por outro lado, vale destacar que a principal crítica a Basileia I referia-se ao fato de que, em períodos de reduzida atividade econômica, regras criadas tendem a aprofundar recessões. O uso de medidas centradas em taxas de adequação de capital faz com que, em períodos de redução da atividade econômica, o mercado financeiro reduza sua exposição aos empréstimos (risco de crédito), ao invés de buscar melhorar sua adequação do capital (STIGLITZ, 2002, p. 116).

Cabe ressaltar que este trabalho não pretende cobrir todos os aspectos e efeitos decorrentes da implementação do acordo de Basileia I no Brasil, limitando-se a demonstrar o que concerne a mudanças relevantes no contexto e mercado de atuação dos bancos instalados no país, demonstrando assim a verificação dos quesitos necessários para se configurar o tema da criação das capacidades dinâmicas.

6.3 BASILEIA II

Em junho de 1999, o Comitê de Supervisão Bancária do *Bank of International Settlement* (BIS) inicia, junto aos países membros, uma consulta para revisão do Acordo de Basileia I. Essa consulta se converte, em janeiro de 2001, no lançamento da proposição que serviu de base para a revisão do acordo em vigor, a qual foi consubstanciada pelos três estudos realizados pelo BIS entre 2001 e 2003, cuja função foi a de calibrar e validar, quantitativamente e qualitativamente, os efeitos das mudanças pretendidas nos parâmetros das metodologias para riscos de crédito, mercado e operacional, levando o Comitê a divulgar o texto final do que seria o Acordo de Basileia II em junho de 2004.

Em 2005, devido à falta de alguns dados nos estudos anteriores, os países membros resolveram realizar estudos de impacto nacionais, bem como o Comitê de Supervisão optou por realizar um novo estudo quantitativo, cujos resultados repercutiram na revisão do acordo e posterior publicação, em junho de 2006, do texto definitivo do Acordo de Basileia II – versão detalhada.

O novo acordo sugere que o aumento da supervisão bancária, aliado a uma maior transparência exigida das instituições, constituem uma forma mais eficiente de

controle e redução dos riscos sistêmicos, sendo que tal novo acordo requereu uma nova estrutura normativa (ver Quadro 2 abaixo) para guiar a adoção dos novos critérios, bem como está amparado nos seguintes pilares:

- Pilar I – Exigência de Capital Mínimo: alocação de capital derivada da mensuração de riscos de crédito, revistos devido às crises econômicas ocorridas, riscos de mercado e riscos operacionais, este último ponto incluso devido ao papel dos bancos nas crises ocorridas e à percepção do potencial de perdas derivadas de erros operacionais internos;
- Pilar II – Processo de Revisão e Supervisão: os supervisores dos mercados são responsáveis por avaliar a adequação do capital dos bancos aos riscos incorridos por eles, o que significa a adoção de práticas de gestão e gerenciamento de riscos com ampla aceitação e utilização pelo mercado e, mais do que isso, a ampliação do papel do supervisor, na medida em que este deve validar os modelos de gestão de risco e avaliar a alocação dos mesmos em relação às condições de mercado;
- Pilar III – Disciplina de Mercado: promove a divulgação mais clara e transparente, por parte dos participantes do sistema bancário, dos riscos e dos métodos de gerenciamento que estejam sendo utilizados para medição e controle dos mesmos, bem como do capital alocado para absorção de eventuais perdas. Também procura criar uma uniformização na divulgação de dados contábeis e de gestão, para reduzir a assimetria de informações entre os agentes, investidores, legislador, supervisor, clientes e mercado em geral.

Descrição	Basileia I	Basileia II		
		Pilar I		Pilar II e III
		Métodos Básicos e Padronizados	Métodos Internos	
Risco de Crédito	Res. CMN nº 2.099 - Ponderação dos ativos de acordo com o tipo de operação e sua classificação do Cosif.	Resolução nº 3.490/Circular nº 3.360 - Revisão dos ponderadores de risco com foco na contraparte, consideração das exposições off balance e reconhecimento de mitigadores de risco.	IRB Foundation - a IF calcula a variável PD e EAD, sendo as demais variáveis fornecidas pelo supervisor (LGD e M). IRB Advanced - a IF calcula todas as variáveis (PD, EAD, LGD e M).	Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito (Melhores Práticas)
Risco de Mercado	Res. CMN nº 2.606 - Cálculo da parcela do PLE para cobertura do risco de taxa de câmbio/ouro. Res. CMN nº 2.692 - Cálculo da parcela do PLE para risco de taxa de juros prefixada.	Resoluções nºs 3.490, 3.488 e Circulares nºs 3361/07, 3362/07, 3363/07, 3364/07, 3366/07, 3368/07 e 3465/07. Revisão das parcelas de requerimento de capital e introdução das parcelas ainda não contempladas pela regulamentação vigente.	IMM - Modelo definido pela própria IF e autorizado pelo supervisor.	Res. CMN nº 3.464/07 - Estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado
Risco Operacional		Resolução nº 3.490 e futuramente... BIA - 15% da Média do Resultado Bruto dos últimos três anos. STA/ASA - Segregação por linha de negócio e aplicação do fator “m” para os linhas Varejo e Comercial na aplicação do ASA.	AMA - Baseado no cálculo do V@R operacional tendo como variáveis PE, EAE e LGE. O método mais utilizado é o LDA - Loss Distribution Approach.	Res. CMN nº 3.380/06 - Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional

QUADRO 2 - TRANSIÇÃO NORMATIVA DOS ACORDOS DE BASELEIA I E II – BRASIL.
FONTE: CARVALHO e SANTOS (2007)

Como pode ser observado no quadro acima, foram introduzidas significativas mudanças entre os Acordos Basileia I e II, notadamente nos pontos contidos no Pilar I, os quais citamos conforme foram definidos por Castro (2007), como segue:

Risco de crédito – Passa a ser administrável em três métodos alternativos, em vez de apenas um. No método Padrão, os pesos dos ativos continuam a ser atribuídos de forma exógena, como era a regra em Basileia I, embora com maior sensibilidade ao risco. Entretanto, abre-se a possibilidade de que as categorias de risco sejam firmadas não apenas pelo Comitê da Basileia (e adaptadas pelo Banco Central do país), mas que possam ser utilizadas classificações de risco feitas por agências de *ratings* e agências de crédito à exportação (ECAs). Já o método dos “*Ratings* Internos” divide-se em duas vertentes: métodos Básico e Avançado.

Risco de mercado – Passa a poder ser aferido de duas formas, através do método “Padrão” ou do método dos “*Ratings* Internos”. No primeiro, a entidade reguladora define uma forma de cálculo simples, mas rígida, para determinar o capital exigido. O método interno permite o uso de modelos estatísticos, em geral do tipo V@R. Não houve, portanto, grandes alterações em relação ao marco regulatório vigente desde 1996.

Risco operacional – Trata-se de uma nova categoria, que reúne os riscos de perda resultantes de “processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos ou de eventos externos”. De forma similar ao risco de crédito, pode ser administrado em três vertentes: métodos Indicador Básico, Padrão e Avançado (AMA). O incentivo para desenvolver metodologias mais avançadas é dado pelo elevado custo do método do indicador básico. Neste, a partir do resultado bruto dos últimos três anos (receita operacional bruta), aplica-se simplesmente um fator de 15%.

Mais uma vez observamos o caráter volátil e evolucionista do mercado financeiro, seja como decorrência de crises que provocam alterações substanciais nas condições de mercado e/ou em seu marco legal, ou ainda derivado do desejo da sociedade, de seus governantes e das instituições fiscalizadoras, de frear o ímpeto criativo existente na própria essência da atividade, através da imposição de normas que buscam em última análise reduzir o risco sistêmico de contágio econômico e as perdas inerentes a esses eventos.

Vale dizer que existem varias críticas ao modelo adotado pelo Acordo de Basileia II. Dentre elas, conforme defende Castro (2009), a metodologia do V@R é um instrumento que reflete adequadamente o comportamento de mercado, entretanto, ao ser usado como metodologia para alocação de capital, comporta-se de forma pro-cíclica. Como defendem Ohana & Reis (2010), a fixação de coeficientes sensíveis ao risco como forma de proteção microeconômica pode entrar em contradição com objetivos macroeconômicos, apresentando sérias implicações na dinâmica do sistema econômico. Portanto, em que pese o foco do trabalho se restringir à demonstração das condições às quais o mercado financeiro e as instituições bancárias que nele operam estão expostas, entendemos ser este um tema bastante abrangente e com profundas ramificações econômicas que precisariam ser estudadas e discutidas à parte, não se constituindo em objeto do presente trabalho.

6.4 BASILEIA III

Os resultados da crise internacional de 2008 foram devastadores para diversos países e suas economias, levando milhões de pessoas ao desemprego, à perda de poupança, crédito e de seus ativos financeiros, isso sem falar nos significativos efeitos negativos sobre o crescimento econômico mundial, comércio internacional e aumento da dívida pública de vários países, devido ao socorro prestado pelos governos ao sistema financeiro local e internacional, bem como a muitas de suas empresas mais proeminentes.

Esse marcante episódio deixou claro que a regulação financeira não foi suficiente para prevenir a ocorrência de uma crise de tão grandes proporções e o efeito de contágio que se alastrou pelo mundo. Como observam Brunnermeier *et al.* (2009), o marco regulatório vigente durante a crise foi deficiente, dado que seu foco residia na solvência individual dos bancos, sendo, portanto, de natureza “microprudencial”, ignorando aspectos “macroprudenciais” relacionados ao caráter sistêmico da regulação financeira. Portanto, fez-se necessária a revisão da regulação em vigor para incluir medidas de cunho “macroprudencial” com o objetivo de manter a saúde do sistema e conter o risco sistêmico, como observado por Viñals (2010:5), que comenta:

The first three “must haves” —microprudential regulation, supervision, and resolution— are necessary, but as the crisis has made clear, they are not sufficient to rein in systemic risks. They must be complemented by an overarching macroprudential framework and a set of new tools to complete the toolkit to address systemic risks.

Destacamos ainda, nas palavras do *Basel Committee on Banking Supervision* (BCBS), extraídas da publicação *Basel III: A global regulatory framework for more resilient banks and banking system* (BCBS - BIS, 2010b), uma descrição do caráter sistêmico da crise, das profundas relações entre o sistema bancário e as economias locais e global e seu potencial de contágio:

The crisis was further amplified by a procyclical deleveraging process and by the interconnectedness of systemic institutions through an array of complex transactions. During the most severe episode of the crisis, the market lost confidence in the solvency and liquidity of many banking institutions. The weaknesses in the banking sector were rapidly transmitted to the rest of the financial system and the real economy, resulting in a massive contraction of liquidity and credit availability. Ultimately the public sector had to step in with unprecedented injections of liquidity, capital support and guarantees, exposing taxpayers to large losses.

Como resultado dos problemas enfrentados globalmente para combater a crise que se alastrava e a percepção de que a regulação em vigor não fora, nem de longe, suficiente para fazer frente à situação, ou ainda, que de alguma forma havia contribuído para que a crise tivesse ocorrido, na medida em que falhou em acompanhar a criatividade do mercado financeiro e seus agentes, viu-se a necessidade de uma regulação mais robusta.

Em novembro de 2010, em Seul, os países do G20 (grupo das 20 maiores economias) chegam a um acordo sobre a reforma do sistema bancário e de suas maiores instituições de crédito, em larga medida apontadas como responsáveis pela crise de 2008. Esse acordo ficou conhecido como Basileia III, composto, principalmente, pelos seguintes documentos:

- *“Basel III: A global regulatory framework for more resilient banks and banking system”* (BCBS, 2010b);
- *“Basel III: International framework for liquidity risk measurement, standards and monitoring”* (BCBS, 2010c).

Em linhas gerais, os principais pontos do Acordo de Basileia III passam pelo reforço e aumento da qualidade dos requisitos de capital próprio das instituições de crédito, redução do risco sistêmico e um período de transição para acomodar a implantação dessas novas exigências. Podemos destacar, segundo o Comitê de Supervisão (BCBS, 2010), alguns dos principais objetivos do novo acordo:

- Aumentar os requerimentos mínimos de capital, incluindo aumento do capital principal de 2% para 4,5%;
- Aumentar a qualidade do capital próprio disponível para assegurar maior capacidade de lidar com perdas;

- Criar um colchão de conservação de capital equivalente a 2,5%;
- Criar um colchão de capital anticíclico equivalente a 2,5%;
- Diversificar e ampliar a cobertura de riscos, incorporando as atividades e operações de *trading*, securitizações, derivativos e exposições *off-balance* (fora do balanço);
- Introduzir uma taxa de alavancagem para o sistema;
- Introduzir medidas quanto aos requerimentos mínimos de liquidez, tanto de curto prazo (*LCR*), como para o longo prazo (*NSFR*);
- Aumentar a importância dos Pilares II e III introduzidos pelo acordo anterior, no que se refere aos processos de supervisão e transparência das instituições. Propõem-se práticas para gestão de liquidez, realização de testes de estresse, governança corporativa e práticas de avaliação de ativos, além das preocupações com a gestão e concentração de riscos, promoção de incentivos para uma melhor administração da relação risco x retorno orientados para o longo prazo.

Em resumo, as novas exigências obrigarão as instituições a ter um maior volume de capital e ativos de maior qualidade para limitar os riscos associados à concessão de crédito e à negociação de ativos; terão também de aprimorar seus processos de gerenciamento de risco, deter ativos de mais alta qualidade para compor seus colchões de segurança, aumentar e melhorar a gestão de liquidez para coberturas de desencaixes em períodos de estresse e no longo prazo e, por fim, ampliar a transparência e disponibilidade de informações a respeito de suas atividades. Todas essas mudanças deverão ser implantadas conforme o cronograma abaixo e de acordo com as normas e regras estabelecidas pelos Bancos Centrais de cada país.

TABELA 2 - CRONOGRAMA DE IMPLEMENTACAO DO ACORDO DE BASILEIA III

Medida/Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Índice de Alavancagem	Acompanhamento de Supervisão		Corrida Paralela 1 Janeiro 2013 - 1 Janeiro 2017. A divulgação começa 1 Janeiro 2015					Migração ao Pilar I	
Mínimo comum de fundos próprios			3,5%	4,0%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%
Capital amortecedor de conservação						0,625%	1,25%	1,875%	2,5%
Capital mínimo comum mais Capital amortecedor de conservação			3,5%	4,0%	4,5%	5,125%	5,75%	6,375%	7,0%
Mínimo de capital de nível 1			4,50%	5,50%	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%
Mínimo de capital total			8,0%	8,0%	8,0%	8,0%	8,0%	8,0%	8,0%
Mínimo de capital total mais amortecimento de conservação			8,0%	8,0%	8,0%	8,625%	9,25%	9,875%	10,5%
Índice de cobertura de liquidez	Começa o período de observação				Introdução mínimo padrão				
Índice de financiamento líquido estável		Começa o período de observação						Introdução mínimo padrão	

Fonte: BCBS (2010b)

Muito embora já existam críticas e autores que argumentam em favor da utilização de outros métodos e/ou meios para buscar salvaguardar o sistema bancário e os mercados, não é objeto deste trabalho entrar nessa discussão.

7. CONCLUSÃO

Com base no conceito de Capacidades Dinâmicas, as quais incorporam não só a capacidade de contínuo aprimoramento, flexibilidade e adaptação às condições do meio em que uma empresa ou setor atuam, mas também a condição de promover ativamente mudanças no mesmo, incorporando ou criando novos paradigmas e convertendo todo esse contexto na geração de resultados mais robustos, podendo até apresentar características de ganhos de monopólio/oligopólio, conforme postulam Teece, Pisano e Shuen (1997) e Teece (2007). Incorporando e reforçando essa percepção com o embasamento da teoria econômica, notadamente advinda de Schumpeter, bem como nos apoiando também em Pelaez, Melo, Hofmann e Aquino (2008, p. 106-108), que certamente corroboram e contribuem com os pontos relacionados à posição, trajetória e processos organizacionais, trazendo em si as competências de incorporar, aprender e desenvolver novas estratégias, criar e estabelecer novas rotinas e processos de produção de novos produtos e/ou serviços, além de encampar investimentos em P&D. Concluímos que capacidades dinâmicas, em última análise, seriam o conjunto de habilidades estratégicas, táticas, operacionais e de “sobrevivência”, aplicadas coordenadamente no sentido de levar uma empresa a uma condição de vanguarda, ao ponto em que ela venha a ser identificada como aquela a ser seguida, comportamento esse que também pode ser identificado num grupo de empresas que, ao possuírem participação dominante num setor de atividade, podem torná-lo referência local ou mundial. Somando-se a isso o uso da Teoria da Firma, com base em Schumpeter, Tobin e Minsky, para enquadrar os bancos e a gestão de sua atividade sob uma lente teórica que comporte a avaliação do conceito aqui discutido, entendemos ter criado uma lente adequada para observação do fenômeno estudado.

Dessa forma, ao analisarmos a dinâmica histórica do setor bancário brasileiro, identificamos uma vasta cadeia de acontecimentos que sem sombra de dúvida qualificam esse segmento como um dos mais mutáveis e voláteis dentre os setores da economia nacional, pelas inúmeras mudanças de legislação, ora promovendo seu desenvolvimento, ora freando sua expansão, ora criando efeitos danosos e até fatais através das mudanças de políticas fiscais, de crédito e cambiais, ou ainda, através da autoridade monetária impondo alterações nas

condições de concorrência, custos artificiais, fiscais ou indiretos como, por exemplo, os compulsórios. Enfim, como se não bastassem os riscos do negócio em si, a inadimplência, os custos diretos e indiretos da atividade e todas as demais situações descritas no trabalho e que levaram, ao longo do tempo, uma significativa dose de incerteza ao setor bancário nacional, podemos afirmar que se trata sim de um setor onde o desenvolvimento de capacidades dinâmicas é vital para a sobrevivência e sucesso de um banco.

Nesse sentido, acreditamos ter encontrado evidências suficientes para corroborar nossa tese inicial de que os bancos brasileiros foram fortemente demandados a desenvolver capacidades dinâmicas, as quais ficam evidenciadas de forma muito clara pelo nível de empreendedorismo e criatividade dos bancos nacionais, notadamente de varejo, tanto no que se refere ao desenvolvimento de produtos e serviços, à adaptação a um mercado local e externo cada vez mais regulado e fiscalizado (Acordos de Basileia I, II e III), às fortes exigências de capital (Acordos de Basileia I, II e III), aos requintes tecnológicos únicos no mundo, como a Central de Risco do BACEN, a existência dos TEDs, a estrutura de diluição de Risco Sistêmico e um nível de bancarização ímpar da baixa renda (Classes C e D), como na oferta de produtos e serviços específicos e de altíssima complexidade, como cartões salário e pré-pagos, seguros massificados, entre outros.

Portanto, concluímos este trabalho retomando nossa pergunta original, quanto aos incentivos e circunstâncias que levaram esse segmento ao desenvolvimento de capacidades dinâmicas tão significativas, à qual procuramos responder a seguir de forma objetiva e concisa: i) alto grau de volatilidade da economia e cenários de mercado ao longo da história; ii) longo período de alta inflação que gerou receitas significativas que permitiram a capitalização do sistema; iii) constante aumento da regulação e fiscalização bancária nacional e internacional (Acordos de Basileia I, II e III); iv) fortes exigências de capital, principalmente à medida que o Brasil estabilizou sua economia (Acordos de Basileia I, II e III); v) pesada concorrência com bancos estrangeiros, que durante boa parte do tempo possuíam vantagens competitivas muito significativas, tanto pelo acesso ao capital como pelo custo mais baixo do mesmo; vi) alto grau de complexidade e de informatização requeridos pelas condições de mercado que se acentuaram ao longo do tempo e pela autoridade monetária (BACEN), para participação no sistema, com vistas inclusive à redução do risco sistêmico (Central de Risco, TEDs, etc.); vii) alto

índice de bancarização reforçado nos últimos dez anos pelo crescimento exponencial da base de clientes com a entrada no mercado das classes C e D; e viii) alto nível de complexidade de produtos e serviços oferecidos à base de clientes.

Reiteramos nossa convicção de que o tema aqui estudado tem abrangência e relevância muito significativas, não podendo ser resumidas nos dados aqui apresentados, de forma que recomenda-se o aprofundamento do estudo para cobrir com mais propriedade as relações aqui demonstradas.

REFERÊNCIAS

APPOLINARIO, Fabio. **Metodologia da Ciência**: filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

BANAS, Geraldo. **Nos bastidores do setor bancário**. Rio de Janeiro: Publicações Serviço Banas – Noticiário e Pesquisas, 1959.

BARNEY, J. B., Strategic factor markets: Expectations, luck, and business strategy. **Management Science**, 32(10), p. 1231–1241, 1986.

BARROS, J. R. MENDONÇA DE & ALMEIDA Jr., M. **Análise do ajuste do sistema financeiro no Brasil**. Brasília: MF-SPE, abr./1997.

BCBS (Basel Committee on Banking Supervision). **Core Principles for Effective Banking Supervision**. Basileia, Suíça: BIS (Bank for International Settlements), set. 1997.

_____. **International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards**: a revised framework. Basileia: BIS, 2004.

_____. **Principles for Sound Liquidity Risk Management and Supervision**. Basileia: BIS, set. /2008.

_____. **The Basel Committee's response to the financial crisis**: report to the G20. Basileia : BIS, , out. 2010a.

_____. **Basel III**: A global regulatory framework for more resilient banks and banking system. Basileia: BIS, 2010b.

_____. **Basel III**: International framework for liquidity risk measurement, standards and monitoring. Basileia: BIS, 2010c.

_____. **Results of the comprehensive quantitative impact study**. Basileia: BIS, 2010d.

BIELSCHOWSKY, Renato Alberto. **Bancos e acumulação de capital na industrialização brasileira (1935-1962)**. Dissertação (Mestrado) – UnB, Brasília, 1975.

BRASIL. Banco Central. Circular no. 2.784, de 27 de novembro de 1997. Disponível em: < http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/circ/1997/pdf/circ_2784_v2_L.pdf> Acesso em: 07 Julho de 2014.

BRASIL. Banco Central. Resolução no. 2.099, de 17 de agosto de 1994. Disponível em: < http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1994/pdf/res_2099_v1_O.pdf> Acesso em: 07 de Julho de 2014.

BRASIL. Banco Central. Resolução no. 2.606, de 27 de maio de 1997. Disponível em: < http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1999/pdf/res_2606_v1_O.pdf> Acesso em: 07 de Julho de 2014.

BRASIL. Banco Central. Resolução no. 2.692, de 24 de fevereiro de 2000. Disponível em: < http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2000/pdf/res_2692_v1_O.pdf> Acesso em: 07 de Julho de 2014.

BRUNNERMEIER, M.; CROCKETT, A.; GOODHART, C.; PERSAUD, A. & SHIN, H., **Fundamental Principles to Financial Regulation**: Geneva Report. London: CEPR, 2009.

CIAB Febraban, Bancarização coletiva – O setor bancário em números.

CAMARGO, O. Patrícia. **A evolução recente do setor bancário no Brasil**. Editora Cultura Acadêmica, 2009.

CARVALHO, D. B.; SANTOS, G. M. **Os Acordos de Basileia**: Um roteiro para implementação nas instituições financeiras. FEBRABAN, 2007.

CASA, C. A. L.. **Política Fiscal e Dívida Pública**. XIII Prêmio Tesouro Nacional, 2008.

CASTRO, L. B. (Regulação Financeira – Discutindo os Acordos da Basileia. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 28, p. 277-304, dez./2007.

_____. **(Regulação Financeira: Teoria, Acordos de Basileia e a Experiência Recente do BNDES**. Tese de Doutorado em Ciências Econômicas. IE/UFRJ. Rio de Janeiro, 2009.

CECCHETTI, S. Monetary Policy and the Financial Crisis of 2007-2008. **CEPR Policy Insight**, n. 21, 2008.

CERVO, A. L. & BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

COSTA, F. N. **O Brasil dos bancos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

COSTA, F. N. Bancos e crédito no Brasil: 1947-2007. **História e Economia**, v.4, n. 2, 2º. Semestre 2008.

COSTA, F. N. & MARINHO, M. R. N. Bancos no Estado de São Paulo: 1988-93. **Estratégias Recentes no Terciário Paulista**, São Paulo, Ensaios SEADE, 1995. p. 49-92.

COSTA, F. N., MARINHO, M. R. & MATTEDI, A. P. Estrutura do mercado bancário no estado de São Paulo. **São Paulo em Perspectiva: Economia Paulista**. São Paulo, Revista da Fundação SEADE, v. 13, n. 1-2, 1999, p. 150-159.

COSTA, F. N. & DEOS, Simone Silva. Reflexões sobre o financiamento da economia brasileira. **Análise Econômica**, FACE-UFRGS, Ano 20, n. 38, set. 2002, p. 23-44.

COSTA, Fernando Nogueira da. **Banco de Estado: o Caso BANESPA**. Tese (Doutorado em Economia) – IE-UNICAMP, Campinas, 1988.

COSTA, Fernando Nogueira da. **Bancos em Minas Gerais (1889-1964)**. Dissertação (Mestrado) - DEPE-IFCH, Campinas, 1978.

COSTA, Fernando Nogueira da. **Caixa Econômica Federal “imprivatizável”**: sua especificidade. Campinas: FENAG, set. 2000.

COSTA, Fernando Nogueira da. **Decisão de cisão da Caixa Econômica Federal**. São Paulo: FENAG, jul. 2001.

COSTA, Fernando Nogueira da. **Economia Monetária e Financeira: Uma Abordagem Pluralista**. São Paulo: Makron Books 1999.

COSTA, Fernando Nogueira da. **Nossa Caixa**: o que foi, o que é, o que poderia ser. Campinas: USCEESP, 2002.

COSTA, Fernando Nogueira da. Origem do capital bancário no Brasil: o caso RUBI. **TDIE**, Campinas, n. 106, mar. 2002.

DE PAULA, Luiz Fernando & OREIRO, Jose Luís (Org.). **Sistema Financeiro**: uma Análise do Setor Bancário Brasileiro. Rio de Janeiro: Elsevier-Campus, 2007.

DIERICKX, I.; COOL, K. Asset stock accumulation and sustainability of competitive advantage. **Management Science**, 35(12), p. 1504–1511, 1989.

FONTENLA, Vicente Paz. **História dos bancos no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro, 1975.

FORTUNA, E. **Mercado Financeiro**. 16. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. **A pesquisa em Educação**: Questões e Desafios. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, 2006.

GALLO, Galantino & NICOLINI, Daniel. **Basilea II y la fragilidad bancaria em países emergentes**: Caso Peruano 1997-2000. Lima: Universidad del Pacifico, 2002.

GITMAN, L. J. **Princípios de Administração Financeira**. 7. ed. Tradução de Jean Jacques Salim e Joao Carlos Douat. São Paulo: Harbra, 1997.

GOLDSMITH, Raymond W. **Brasil 1850-1984**: desenvolvimento financeiro sob um século de inflação. São Paulo: Harper & Row, 1986.

GRIFFITH-JONES, S.; PERSAUD, A. Basileia II e Mercados Emergentes: Impactos Pro-cíclicos e Economia Política. In: MENDONÇA, A. R. R.; ANDRADE, R. P. **Regulação Bancária e Dinâmica Financeira**: Evolução e Perspectivas a partir dos Acordos de Basileia. Campinas: Unicamp, 2006.

HASENBALG, C. A.; BRIGAGAO, C.; COSTA, F. J. L. O setor financeiro no Brasil: aspectos históricos. **Dados**, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1970.

HELFAT, C. E.; PETERAF, M. A. Understanding Dynamic Capabilities: progress along a developmental path. **Strategic Organization**, v.7, p 91-102, 2009.

LEVY, Maria Barbara. **História dos bancos comerciais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBMEC, 1972.

LIMA, Heitor Ferreira. Notas sobre a estrutura bancária brasileira. **Revista Brasileira**, Rio de Janeiro, p. 141-152, nov./dez. 1956.

McCONNELL, C. W., Loan loss reserve management and unwise lending practices. In: PROCHNOW, H. **Bank Credit**. 5th ed. Harper & Row, 1981.

MENDONÇA DE BARROS, J. R.; ALMEIDA JR., M. F. **Análise do Ajuste do Sistema Financeiro no Brasil**. Brasília, SPE-MF, abr. 1997.

MINELLA, Ary Cesar. **Banqueiros**: organização e poder político no Brasil. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo / ANPOCS, 1988.

MINSKY, H. **Stabilizing an unstable economy**. New Haven: Yale University Press, 1986.

NELSON, R.; WINTER, S. **An Evolutionary Theory of Economic Change**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1982.

OHANA, F.; REIS, M. Análise do modelo dinâmico de regulação financeira baseado em uma regra de Taylor. **Anais do XXXVIII Encontro Nacional de Economia**. Salvador: ANPEC, 2010.

PELAEZ, C. M.; SUZIGAN, W. **História monetária do Brasil**: análise da política, comportamento e instituições monetárias. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1976.

PELAEZ, V.; MELO, M.; HOFMANN, R.; AQUINO, D. Fundamentos e Microfundamentos da Capacidade Dinâmica da Firma. **RBI – Revista Brasileira de Inovação**, Rio de Janeiro, 2008, p. 101-125.

PENROSE, E. **The Theory of the Growth of the Firm**. London: Basil Blackwell, 1959.

RIBEIRO, Benedito & GUIMARÃES, Mário Mazzei. **História dos bancos e do desenvolvimento financeiro do Brasil**. Rio de Janeiro: Pró-Service, 1967.

ROCHA, Fernando Alberto Sampaio. **Desnacionalização bancária no Brasil (1997-2000)**. Dissertação (Mestrado) - IE-UNICAMP, Campinas, 2002.

ROCHA, Fernando Alberto Sampaio. **Evolução da concentração bancária no Brasil (1994-2000)**. Brasília: Nota Técnica n. 13 do Banco Central do Brasil, 2001.

ROSS, S. A.; WESSERFIELD, R. W.; JAFFE, J. F. **Administração Financeira: corporate finance**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ROSSATO, J.; SOUZA, L. L. C.; VARVAKIS, G. Capacidades Dinâmicas: capacidade da empresa de se reconfigurar para atender às demandas de mercado. **II Congresso Internacional de Conhecimento e Inovação – CIKI**, Madri, out. 2012.

SAES, Flavio A. M. **Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista: 1850-1930**. São Paulo: IPE/USP, 1986b.

SAUNDERS, A. **Administração de Instituições Financeiras**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SCHUMPETER, J. A. **Theory of Economic Development**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1934.

SECURATO, J. R. **Decisões financeiras em condições de risco**. São Paulo: Atlas, 1996.

SILVA, J. P. **Gestão e Análise de Risco de Crédito**. São Paulo: Atlas, 1997.

STIGLITZ, J. **Globalization and its discontents**. Penguin Press, 2002.

TEECE, D. J. Technological change and the nature of the firm. In: DOSI, G.; FREEMAN, C.; NELSON, R.; SILVERBERG, G.; SOETE, L. (Eds.). **Technical**

Change and Economic Theory. New York: Pinter Publishers, 1988. p. 256-281.

TEECE, D. J. Explicating dynamics capabilities: The nature and microfoundations of (sustainable) enterprise performance. **Strategic Management Journal**, v. 28, p. 1319-1350, 2007.

TEECE, D. J.; PISANO, G. The dynamic capabilities of firms: An introduction. **Industrial and Corporate Change**, v. 3, n.3, p. 537–556, 1994.

TEECE, D. J.; RUMELT, R.; DOSI, G.; WINTER, S. Understanding corporate coherence: Theory and evidence. **Journal of Economic Behavior and Organization**, 23, p. 1–30, 1994.

TEECE, D.; PISANO, G.; SHUEN, A. Dynamic capabilities and strategic management. **Strategic Management Journal**, v. 18, n. 7, p. 509-533, 1997.

TOBIN, J. The commercial banks as creators of “money”. In: **Essays in Economics**. v.1. Cambridge: MIT Press, 1987.

TOBIN, J. The commercial banking firm: a simple model. **Scandinavian Journal of Economics**, v. 84, n. 4, 1982.

TOPIK, Steven. Capital estrangeiro e o estado no sistema bancário brasileiro: 1889-1930.

Revista Brasileira de Mercado de Capitais, Rio de Janeiro, v. 5, n. 15, p. 395-421, set./dez. 1979.

VIDOTTO, Carlos Augusto. **O sistema financeiro brasileiro nos anos 90**: um balanço das mudanças estruturais. Campinas, Tese de Doutorado pelo IE-UNICAMP, 2002.

VIÑALS, J. Towards a safer global financial system. Discurso apresentado em CFS Colloquium 2010 Series: “Rebuilding Financial Markets”, nov.2010.

WILLIAMSON, O. E. **Markets and Hierarchies**. New York: Free Press, 1975.

WILLIAMSON, O. E. **The Economic Institutions of Capitalism**. New York: Free Press, 1985.

Sites:

BACEN – Banco Central do Brasil: <http://www.bcb.gov.br/>

FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos: <http://www.febraban.org.br/>

ANEXOS

ANEXO 1 – Instituições Bancárias por Número de Agências

Instituições com maiores redes de agências

	Instituições	Tipo	2007 Dez	2008 Dez	2009 Dez	2010 Jun	2010 Jul
1	Banco do Brasil	BM	4.079	4.388	4.951	4.984	4.988
2	Itaú	BM	2.575	2.699	3.562	3.632	3.638
3	Bradesco	BM	3.144	3.339	3.430	3.453	3.458
4	Santander	BM	1.081	1.096	2.292	2.282	2.301
5	Caixa Econômica Federal	CE	2.051	2.068	2.084	2.090	2.094
6	HSBC	BM	933	930	893	865	865
7	Unibanco	BM	933	992	971	647	498
8	Banrisul	BM	417	425	432	436	436
9	BNB	BM	180	181	183	185	185
10	Mercantil do Brasil	BM	167	150	148	147	147
11	Banestes	BM	124	126	129	130	130
12	Citibank	BM	121	124	125	126	126
13	Basa	BC	104	104	104	104	106
14	Safrá	BM	114	112	98	98	98
15	Banese	BM	61	61	61	61	61
16	BRB	BM	59	59	59	59	59
17	Triângulo	BM	31	43	47	47	47
18	Banpará	BM	37	40	42	42	42
19	BIC	BM	29	31	31	31	31
20	Daycoval	BM	15	27	27	29	29
Subtotal			16.255	16.995	19.669	19.448	19.339
demais instituições bancárias			2.317	2.147	377	382	385
Total geral			18.572	19.142	20.046	19.830	19.724

ANEXO 2 – Capacidades dinâmicas – Principais contribuições bibliográficas

CAPACIDADES DINÂMICAS	
Principais Contribuições	Definições de Capacidades Dinâmicas
Teece; Pisano (1994)	"Subconjunto de competências ou capacidades que permitem a empresa criar novos produtos e processos, respondendo, assim, às circunstâncias de mudança do mercado".
Collins (1994)	Existem certas capacidades organizativas que orientam a relação de troca dos recursos comuns.
Pisano (1994)	Argumenta que a capacidade de alterar os recursos organizacionais é uma história de rotinas estratégicas através da qual os gestores alteram a base dos recursos da empresa (adquirem e se desfazem de recursos, integram todos conjuntamente e os combinam) para gerar novas estratégias para a criação de valor.
Henderson; Cockburn (1994)	Apresentam as "Competências Arquitetônicas" como os arquitetos que estão atrás da criação, evolução e recombinação dos recursos em busca de novas origens de vantagem competitiva.
Helfat (1997)	"As Capacidades Dinâmicas permitem as empresas criar novos produtos e processos e responder às condições de mudança do mercado".

Teece; Pisano; Shuen (1997)	"Habilidade da empresa para integrar, construir e reconfigurar suas competências internas e externas para adequar-se aos ambientes de rápidas mudanças". Assim como, "refletem a habilidade organizativa de alcançar novas e inovadoras formas de vantagem competitiva".
Zahra (1999)	"Capacidades que podem ser utilizadas como plataformas, desde as que oferecem novos produtos, bens e serviços, quando a mudança é a norma".
Helfat; Raubitschek (2000)	"Habilidade das empresas para inovar e adaptar-se às mudanças em tecnologias e mercados, incluindo a habilidade de aprender com os erros".
Cockburn; Henderson; Stern (2000)	"A vantagem competitiva de uma empresa é derivada da resposta estratégica da empresa aos ambientes de mudança ou a nova informação sobre oportunidades de benefício".
Zajac; Kraatz; Besser (2000)	Capacidade da organização de "realizar as mudanças necessárias" quando "se enfrenta a necessidade de mudar (definida por contingências ambientais e organizacionais), cujo resultado é um maior benefício".
Eisenhardt; Martin (2000)	"Consiste em processos estratégicos e organizativos específicos (como desenvolvimento de produtos, alianças ou tomada de decisões estratégicas) que criam valor nas empresas que operam em mercados dinâmicos por meio da manipulação de recursos para novas estratégias de criação de valor".
Rindova; Kotha (2001)	Utilizam o termo "Metamorfose Contínua" para se referir a "profundas transformações" que tem lugar dentro da empresa para mudar o "ajuste dinâmico entre os recursos da empresa e os fatores externos associados a um ambiente de mudanças".
Makadok (2001)	Mostra a "importância de um mecanismo alternativo de geração de renda (schumpeteriana), denominado construção de capacidades, diferente da seleção de recursos" (obtenção de rendas ricardianas).
Griffith; Harvey (2001)	As Capacidades Dinâmicas globais consistem na criação de combinações de recursos difíceis de imitar, que inclui a efetiva coordenação das relações inter-organizacionais, sobre uma base global que pode proporcionar a uma empresa vantagem competitiva.
Lee <i>et. al.</i> (2002)	"As capacidades dinâmicas são concebidas com origem na vantagem competitiva sustentável em regimes Schumpeterianos de rápidas mudanças".
Zollo; Winter (2002)	Padrão aprendido de atividade coletiva mediante o qual as organizações sistematicamente geram e modificam suas rotinas operacionais para conseguir uma maior rentabilidade.
Zahra; George (2002)	"Permitem a empresa reconfigurar suas bases de recursos e adaptar-se às condições do mercado com o objetivo de alcançar uma vantagem competitiva".
Aragón-Correa y Sharma (2003)	Trata-se de capacidades que surgem a partir da implantação de "estratégias proativas" que permitem a organização se alinhar com as mudanças no ambiente empresarial global.
Winter (2003)	Descreve as Capacidades Dinâmicas como capacidades organizativas (rotinas de alto nível ou conjunto de rotinas) afetadas pela mudança e que "podem mudar o produto, o processo de produção, a escala, ou os clientes (mercados) atendidos".
Helfat; Peteraf (2003)	"Por definição, as Capacidades Dinâmicas implicam adaptação e mudança, porque constroem, integram e reconfiguram outros recursos ou capacidades".
Zahra <i>et. al.</i> (2006)	"Capacidade para reconfigurar os recursos e rotinas de uma empresa na forma prevista e considerada como a mais apropriada por seu principal decisor"... "Presença de problemas que alteram rapidamente" para os quais a empresa conta com "a habilidade de mudar a forma em que soluciona seus problemas (uma capacidade dinâmica de ordem superior de alterar capacidades)"... mediante a "habilidade dinâmica de mudar, reconfigurar suas capacidades organizativas existentes".
Teece (2007)	"Capacidades da empresa, difíceis de imitar, necessárias para adaptar-se a clientes e às novas oportunidades tecnológicas. Também inclui a capacidade da empresa de configurar o entorno em que opera, desenvolver novos produtos e processos e desenhar e implementar modelos de negócios viáveis".

Augier; Teece (2007)	"Capacidade (inimitável) com a qual a empresa conta para formar, reformar, configurar e reconfigurar sua base de ativos para poder responder às mudanças em mercados e tecnologias".
Wang; Ahmed (2007)	"Orientação do comportamento da empresa para a contínua integração, reconfiguração, renovação e recriação de seus recursos e capacidades e, mais importante, ao incremento e reconstrução de suas capacidades essenciais em resposta a um ambiente de mudança para conseguir manter a vantagem competitiva".
Ng (2007)	"Se refere à habilidade das organizações de desenvolver e buscar novos recursos e configurações que se ajustem às condições de mudança do mercado".
Oliver; Holzinger (2008)	"Se refere à habilidade das empresas de manter ou criar valor mediante o desenvolvimento e implantação de competências internas que maximizem a congruência com os requisitos de um ambiente de mudança".

Quadro 1 – Principais conceitos e definições de capacidades dinâmicas

ANEXO 3 – Ranking de Marcas de Bancos Mais Valiosas do Mundo

RANKING 2012 - MARCAS DE BANCOS MAIS VALIOSAS DO MUNDO		
Posicao	Banco	Valor (US\$ Bi)
1	Wells Fargo (EUA)	26,04
2	Chase (EUA)	23,41
3	HSBC (Reino Unido)	22,87
4	Bank of America (EUA)	22,40
5	Citibank (EUA)	21,68
6	Santander (Espanha)	20,12
7	ICBC (China)	19,82
8	American Express (EUA)	19,00
9	BNP Paribas (Franca)	18,57
10	China Construction Bank (China)	16,95
11	Agricultural Bank of China (China)	15,97
12	Deutsche Bank (Alemanha)	14,57
13	Sberbank (Russia)	14,16
14	Bank of China (China)	14,15
15	J. P. Morgan (EUA)	13,78
16	Bradesco (Brasil)	13,61
17	Barclays (Reino Unido)	13,44
18	Itau (Brasil)	12,44
19	Bank of Tokyo-Mitsubishi (Japan)	11,60
20	RBC (Canada)	10,61
21	TD (Canada)	10,28
22	Banco do Brasil (Brasil)	9,88
23	Credit Suisse (Suica)	9,82
24	BBVA (Espanha)	8,33
25	TD (EUA)	7,56

Fonte: Levantamento do Ranking das 500 marcas de bancos mais valiosas do mundo, realizado em 2012, pelas revistas Brand Finance (empresa de avaliacao e gestao de marcas) em parceria com a The Banker.

ANEXO 4 – Dimensões e Abrangência das Redes de Atendimento (Conjunto de Tabelas)

Bancos - Números da Rede de Atendimento

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2008/07
Agências	16,396	16,841	17,049	16,829	17,260	17,627	18,087	18,572	19,142	3.1%
Postos de Atendimento	9,495	10,241	10,148	10,054	9,856	9,985	10,220	10,555	11,661	10.5%
Postos Eletrônicos	14,453	16,748	22,428	24,367	25,595	30,112	32,776	34,669	38,710	11.7%
Correspondentes não bancários	13,731	18,653	32,511	36,474	46,035	69,546	73,031	95,849	108,074	12.8%
Total dos Pontos de Atendimento	54,075	62,483	82,136	87,724	98,746	127,270	134,114	159,645	177,587	11.2%

Fonte: BACEN

Nota: Entre 2000 e 2008 o número de agências bancárias instaladas no País cresce ao ritmo de 2% a.a., enquanto a quantidade de postos eletrônicos amplia-se à razão de 13% a.a.. Já os correspondentes bancários evoluíram quase 30% ao ano nesse período, superando as 100 mil unidades, garantindo assim acesso a serviços bancários a todos os recantos do Brasil.

Número de contas e Internet Banking (em milhões)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2008/07
Contas Correntes	63.7	71.5	77.3	87	90.2	95.1	102.6	112.1	125.7	12.1%
Clientes com contas de poupança	45.8	51.2	58.2	62.4	67.9	71.8	76.8	82.1	92	12.1%
Contas de Internet Banking	8.3	8.8	9.2	11.7	18.1	26.3	27.3	29.8	32.5	9.1%
Pessoas Físicas	0							25.3	27.7	9.5%
Pessoas Jurídicas	0							4.5	4.8	6.7%

FONTE: BACEN – ABECIP

Desenvolvimento do setor Bancário Brasileiro – No. Bancos

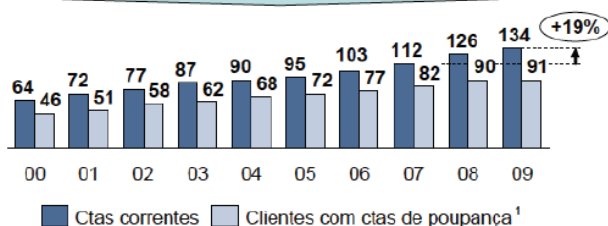
Período	Nr. Bancos
Em 1940	354
de 1940 - 1944	663
de 1944 - 1964	328
de 1964 - 1974	106
de 1988 - 1994	271
de 1994 - 2002	167
Em 2007	155

Fonte: COSTA (Brasil dos bancos)

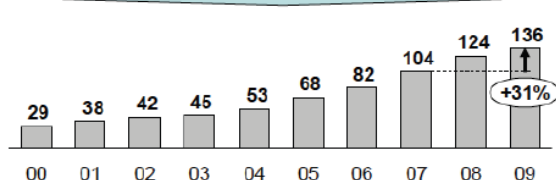
ANEXO 5 – Gráficos de Bancarização e Penetração de Mercado do Setor Bancário Brasileiro

Bancarização

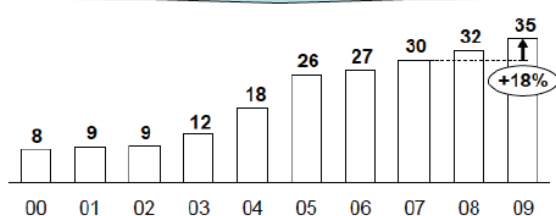
Número de Contas Correntes e Poupança (Milhões)



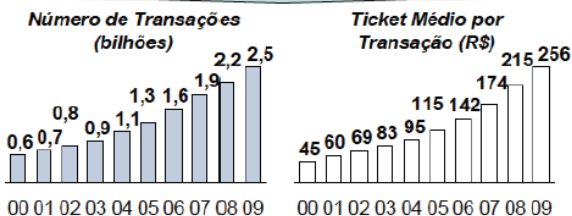
Número de Cartões de Crédito (Milhões)



Número de Clientes com Internet Banking (Milhões)

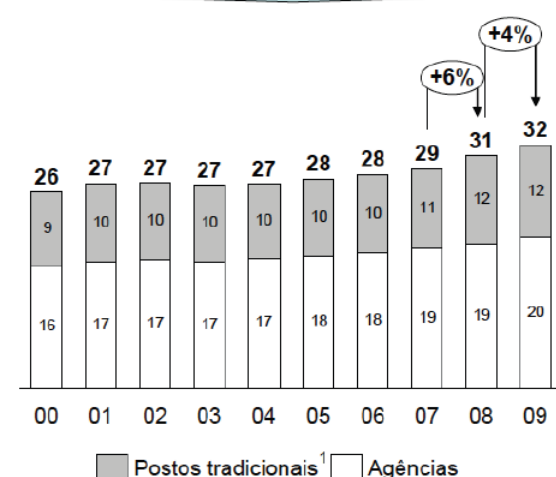


Transações com Cartão de Crédito

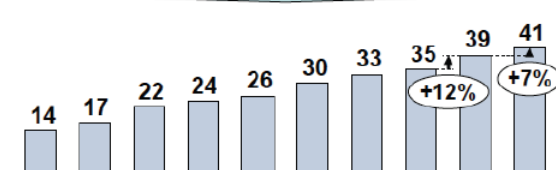


Rede de atendimento

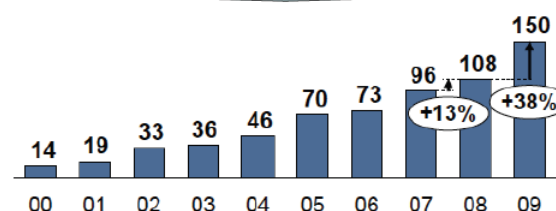
Número de Agências e Postos Tradicionais¹ (mil)



Número de Postos Eletrônicos (mil)



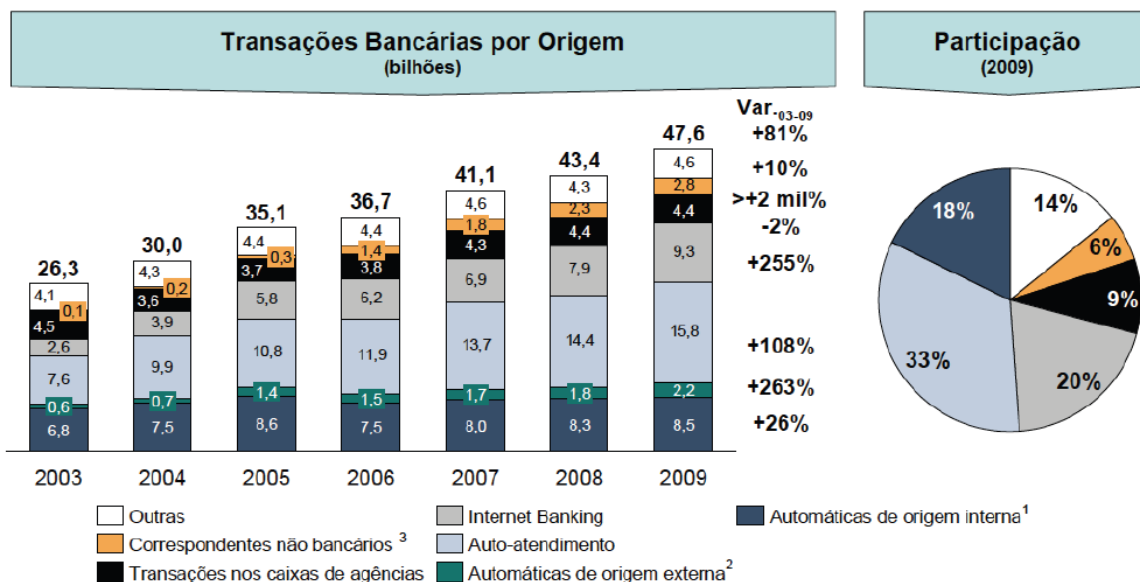
Número de Correspondentes não Bancários (mil)



O número de agências e postos tradicionais¹ tem aumentado de forma orgânica, enquanto postos eletrônicos e correspondentes não bancários têm crescido sua participação

Nota: 1 Inclui Postos de Atendimento Bancário (PAB), Postos de Arrecadação e Pagamentos (PAP), Postos Avançados de Atendimento (PAA), Postos de Atendimento Cooperativo (PAC), Postos de Atendimento ao Microcrédito, Postos Avançados de Crédito Rural (PACRE), Postos de Compra de Ouro (PCO) e Unidades Administrativas Desmembradas (UAD).

Transações bancárias por origem



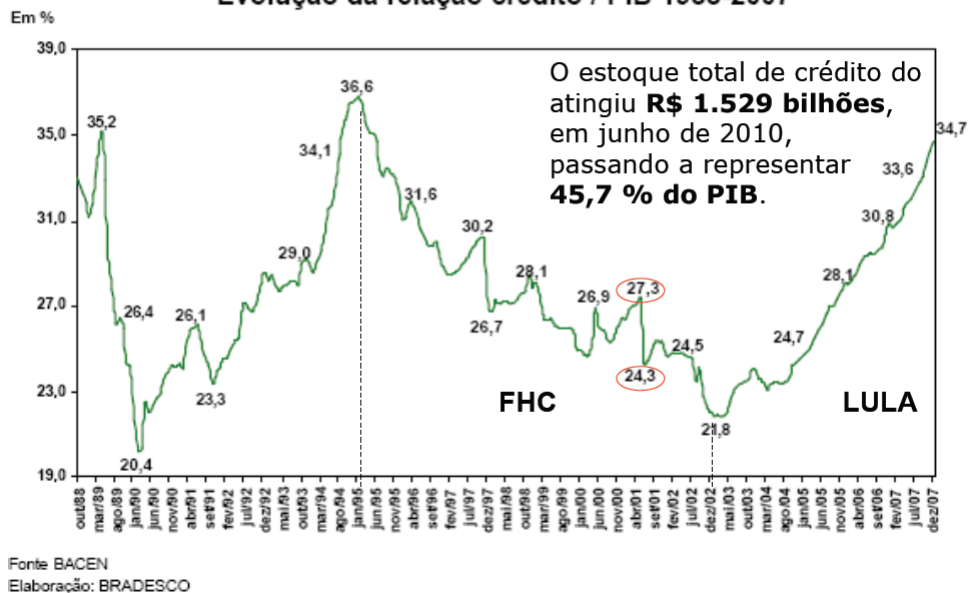
As transações por correspondentes não bancários têm aumentado sua participação, apesar de os principais meios transacionais ainda serem o auto-atendimento e as automáticas internas¹

Nota: 1 IOF e outros impostos, etc; 2 débitos automáticos, crédito de salários, proventos de aposentadoria, DOC's, TED's, cobranças, etc; 3 estabelecimentos comerciais, correios, casas lotéricas etc.

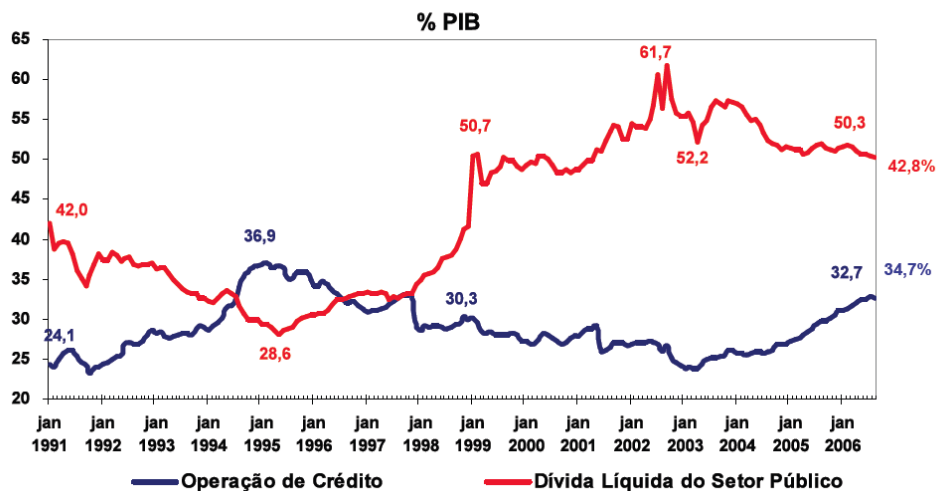
ANEXO 6 – Relevância do Setor Bancário Brasileiro frente ao PIB

relação crédito / PIB

Evolução da relação crédito / PIB 1988-2007



relações dívida / PIB vs. crédito / PIB



Obs.: Todas as tabelas acima foram extraídas de apresentações do BACEN, dados compilados por terceiros ou ainda por nós.